

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2026
Processo n.º XX/2026

O Presente Pregão Eletrônico tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo GLP (gás de cozinha), envasado em botijões e vasilhames, com entrega de forma contínua, parcelada e sob demanda**, visando atender às necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Rondonópolis-MT, conforme especificações, condições e quantitativos estimados estabelecidos no presente Edital e em seus anexos, que o integram.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Local: **bllcompras.com**

Data da sessão: **XX/XX/2026**

Horário: **09h30min – Horário de Brasília**

CONTATO

(66) 3411 5739
prrroo@hotmail.com

1.0. PREÂMBULO:

1.1. EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2026, PROCESSO N.º XX/2026.

1.2. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

1.3. FUNDAMENTO LEGAL: O Município de Rondonópolis/MT, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 40.336 de 12 de novembro de 2025, torna público que realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 11.685/2023, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis, observadas as condições deste Edital.

1.4. A sessão pública será realizada no dia XX/XX/2026, às 09h30 (horário de Brasília), por meio do sistema eletrônico da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, disponível no endereço eletrônico www.bllcompras.com, com utilização de recursos de segurança, incluindo **criptografia e autenticação** em todas as suas fases.

2. DO OBJETO:

2.1. O objeto da presente licitação é **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo GLP (gás de cozinha), envasado em botijões e vasilhames, com entrega de forma contínua, parcelada e sob demanda**, visando atender às necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Rondonópolis-MT, conforme especificações, condições e quantitativos estimados estabelecidos no presente Edital e em seus anexos, que o integram.

registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP – gás de cozinha), envasado em botijões, bem como para aquisição de vasilhames, com entrega de forma contínua, parcelada e sob demanda, visando atender às necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Rondonópolis-MT, conforme especificações, condições e quantitativos estimados estabelecidos no presente Edital e em seus anexos, que o integram.

2.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, independentemente de transcrição, os seguintes documentos: a) Anexo I – **Resumo do Termo de Referência**; b) Anexo II – **Minuta da Ata de Registro de Preços**; c) Anexo III – **Minuta do Contrato**; d) Anexo IV – **Modelo de Proposta de Preços**; e) Anexo V – **Modelo de Credenciamento e Comprovações Complementares Especiais**; f) Anexo VI – **Relatório Formação de Preços**.

2.2.1. Nos termos do art. 25, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, as disposições constantes dos anexos complementam-se entre si e ao presente Edital, adotando-se a técnica de remissão, evitando duplicidade e fragmentação de informações; assegura maior coerência e uniformidade entre os documentos do certame; facilita a atualização de conteúdos sem risco de inconsistências; confere maior objetividade e organização ao instrumento convocatório; e aprimora a compreensão global do Edital, sendo suficiente a consulta aos documentos referenciados.

2.3. Do Resumo do Termo de Referência (Anexo I):

2.3.1. O referido resumo tem por finalidade apresentar, de forma objetiva, clara e consolidada, as informações essenciais à compreensão do objeto e à adequada formulação das propostas incluindo os quantitativos, critérios de execução, estimativa de preços e demais condições relevantes à precificação e à futura execução contratual, possibilitando o pleno conhecimento das condições da contratação, excluindo-se as informações de caráter estritamente administrativa ou de uso interno da Administração.

2.4. Da Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II):

2.4.1. Todas as disposições e condições aplicáveis à Ata de Registro de Preços encontram-se integralmente previstas em sua respectiva minuta, constante do Anexo II, adotando-se a técnica de remissão, razão pela qual não há necessidade de reprodução de quaisquer de seus dispositivos no corpo deste Edital.

2.5. Da Minuta do Contrato (Anexo III)

2.5.1. Todas as disposições e condições aplicáveis ao contrato encontram-se integralmente previstas em sua respectiva minuta, constante do Anexo III, adotando-se a técnica de remissão, razão pela qual não há necessidade de reprodução de quaisquer de seus dispositivos no corpo deste Edital.

2.6. Considerando que as disposições previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II) e na Minuta do Contrato (Anexo III) são substancialmente semelhantes e tratam de matérias correlatas, a Administração, conforme o caso, poderá optar pela utilização exclusiva da Ata de Registro de Preços, dispensando a formalização de contrato específico.

3. DA REFERÊNCIA DE HORÁRIO NO EDITAL:

3.1. Todas as referências de horário constantes do Edital, do Aviso e de quaisquer atos praticados durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o Horário de Brasília – DF, sendo esse horário utilizado para registro no sistema eletrônico e em toda a documentação relativa ao certame.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

4.1. Poderão participar deste certame exclusivamente pessoas jurídicas que comprovem, por meio de documentação pertinente, registros ou autorizações legais, o exercício de atividade compatível com o objeto desta licitação e o atendimento às exigências previstas neste edital e em seus anexos.

4.2. A participação dar-se-á mediante a digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e o encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponível no site bllcompras.com, na opção "Acesso Identificado", observadas a data e o horário limite estabelecidos neste edital (Horário de Brasília).

4.3. O licitante será exclusivamente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, consideradas firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, ficando excluída qualquer responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. Caberá ao licitante arcar integralmente com todos os custos decorrentes da preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

5.1. Não poderão participar deste certame os interessados que não atenderem às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

5.2. Pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, exceto aquelas que apresentarem plano de recuperação judicial aprovado e homologado judicialmente;

5.3. EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

5.3.1. A vedação à participação de consórcios decorre do fato de que o objeto da presente licitação consiste no fornecimento de gás GLP e afins, caracterizados como bens comuns, padronizados e de baixa complexidade, amplamente disponíveis no mercado, sendo plenamente possível sua execução por empresas individuais, sem prejuízo à competitividade do certame, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021;

- 5.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.5. Empresas suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública, no âmbito do Município de Rondonópolis;
- 5.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 5.7. Cooperativas, quando o objeto exigir subordinação de mão de obra;
- 5.8. Cooperativas cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
- 5.9. Empresas que sejam controladoras, controladas ou coligadas entre si, nos termos da legislação vigente, concorrendo entre si;
- 5.10. Empresas estrangeiras que não possuam autorização para funcionamento no território nacional;
- 5.11. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre objeto a ele relacionado;
- 5.11.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 5.12. Pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista com direito a voto superior a 5% (cinco por cento), responsável técnico ou subcontratado;
- 5.13. Os autores dos projetos poderão, a critério da Administração, atuar exclusivamente no apoio técnico às atividades de planejamento da contratação, condução do certame ou gestão da Ata de Registro de Preços, desde que sob supervisão de agentes públicos;
- 5.14. Pessoa física ou jurídica que, ao tempo da licitação, esteja impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta, inclusive nos casos de tentativa de burla mediante utilização de outra pessoa jurídica;
- 5.15. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão gerenciador ou com agente público que atue na licitação ou na gestão da Ata de Registro de Preços, ou que seja seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- 5.16. Pessoa física ou jurídica que, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou contratação irregular de adolescentes;
- 5.17. Agente público do órgão ou entidade gerenciadora ou participante da Ata de Registro de Preços, direta ou indiretamente, ressalvadas as hipóteses legais;
- 5.18. Terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa de assessoria técnica;
- 5.19. Órgão ou entidade que já participe de outra Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto, salvo se o quantitativo anteriormente registrado for inferior ao limite máximo previsto neste Edital.

6. DO CREDENCIAMENTO:

- 6.1. Para participação na licitação, bem como para o simples acompanhamento de seus atos, o interessado deverá acessar a página eletrônica www.bllcompras.com, por meio do link denominado “Acesso Identificado”, sendo imprescindível a utilização de chave de identificação e senha pessoais e intransferíveis, obtidas junto à **BLL – Bolsa de Licitações e Leilões**.

6.2. As propostas comerciais poderão ser cadastradas até uma hora antes do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital (Horário de Brasília), por meio do **endereço bilcompras.com**, no link "Acesso Identificado", permitindo que os interessados cadastrem novas propostas ou substituam as já registradas no sistema eletrônico.

6.2.1. Eventuais dúvidas quanto à obtenção da senha de acesso, bem como quaisquer problemas relacionados ao cadastramento das propostas, deverão ser sanadas diretamente junto à **BLL**, por meio dos **telefones (041) 3097-4600, 3097-4623, 3097-4646 ou 3148-9870**, sendo de inteira responsabilidade da referida empresa a solução de questões relativas ao sistema.

6.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, exceto quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL, devidamente justificada.

6.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário manter o sigilo da senha, bem como pelo seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por intermédio de seu representante, **não cabendo à Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT e/ou à BLL a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que praticado por terceiros.**

6.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados, bem como a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.6. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema BLL, que sua proposta se encontra em conformidade com as exigências previstas e cumpre plenamente os requisitos de habilitação deste Edital, ressalvados os casos de microempresa e de empresa de pequeno porte, quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

6.7. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, para que possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.

6.7.1. Caso o proponente já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a atualização de seu cadastro junto à BLL.

6.8. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, exceto nos casos de representação para itens distintos.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DO CADASTRO DA PROPOSTA NA PLATAFORMA BLL:

7.1. A participação na presente licitação dar-se-á exclusivamente por meio da plataforma eletrônica BLL, sendo de responsabilidade do licitante realizar seu prévio credenciamento no sistema, bem como cadastrar, dentro do prazo estabelecido no edital, sua proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos, observando integralmente as condições, exigências e especificações constantes neste instrumento convocatório.

7.2. As propostas deverão ser cadastradas com **marca e modelo do produto** quando aplicável, e indicação do valor unitário por item, cabendo ao sistema o cálculo automático dos valores totais, sendo os lances realizados sobre o valor unitário.

7.3. O descumprimento do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação da proposta, especialmente quando comprometer a análise objetiva ou a aplicação do tratamento favorecido previsto em lei.

7.4. O cadastro da proposta e a participação na fase de lances implicam plena ciência e aceitação, pelo licitante, das condições estabelecidas no edital e seus anexos, bem como das características e exigências do objeto.

7.5. O licitante é integralmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome na plataforma, inclusive quanto ao uso de suas credenciais, não cabendo responsabilidade ao provedor do sistema ou à Administração por eventuais utilizações indevidas por terceiros.

7.6. Será assegurado tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas, agricultor familiar, produtor rural pessoa física e microempreendedor individual, nos termos da legislação aplicável.

7.7. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.7.1. A proposta deverá:

7.7.1.1. Possuir validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da sessão pública;

7.7.1.2. Ser apresentada em moeda corrente nacional, com valores expressos em algarismos;

7.7.1.3. Contemplar todos os custos diretos e indiretos, inclusive tributos, encargos sociais, fretes, seguros e demais despesas necessárias ao cumprimento do objeto.

7.7.2. Em caso de divergência entre valores unitários e totais, prevalecerá o valor unitário.

7.7.3. Erros meramente formais ou de soma poderão ser sanados, desde que não comprometam a validade da proposta nem prejudiquem a isonomia, podendo ser corrigidos em favor da Administração.

7.7.4. A proposta deverá atender integralmente às especificações e quantidades previstas no edital, sendo vedada sua alteração após a apresentação, ressalvadas as hipóteses legais de saneamento.

7.7.5. Quando aplicável, deverão ser informados **marca, modelo, fabricante, procedência e demais características essenciais do produto**, em língua portuguesa.

7.7.6. Não será admitida diferenciação de preços em razão do local de entrega.

7.8. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.8.1. As quantidades indicadas no edital correspondem ao quantitativo máximo estimado para contratação, não gerando obrigação de aquisição pela Administração.

7.8.2. Não será estabelecido quantitativo mínimo de contratação, em razão do caráter estimativo da demanda.

7.8.3. Não será admitida proposta com quantitativo inferior ao previsto para cada item.

7.9. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

7.9.1. A licitante deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes que comprovem a conformidade do produto com as especificações do edital.

7.9.2. A não apresentação ou a apresentação em desconformidade poderá ensejar a desclassificação da proposta, após diligência, observado o devido processo legal.

7.10. DA INDICAÇÃO DE MARCA PARADIGMA (ART. 41, INCISO I, DA LEI N.º 14.133/2021):

7.10.1. Considerando que o objeto licitado se refere ao fornecimento de Carga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), bem como a botijão/vasilhame, produtos padronizados e regulamentados por normas técnicas e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), não será adotada indicação de marca paradigma.

7.10.2. A especificação do objeto observará exclusivamente os requisitos técnicos, de qualidade e de segurança estabelecidos na legislação e regulamentação vigentes, assegurando a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

7.11. DA DECISÃO SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

7.11.1. A decisão quanto à classificação ou desclassificação das propostas será devidamente fundamentada, registrada no sistema eletrônico e disponibilizada em tempo real às licitantes.

8. DA FORMA DE DISPUTA E DA ETAPA DE LANCES:

8.1. O pregão eletrônico será realizado no **modo de disputa aberto**, com apresentação de lances públicos e sucessivos, por meio da plataforma BLL.

8.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema, sendo informados em tempo real sobre o recebimento e o valor do lance, sem identificação do autor.

8.3. A etapa de lances terá duração inicial de **10 (dez) minutos**, sendo automaticamente prorrogada sempre que houver lance ofertado nos **2 (dois) minutos finais**.

8.4. Cada prorrogação terá duração de **2 (dois) minutos**, renovando-se sucessivamente enquanto houver novos lances, inclusive intermediários.

8.5. Não havendo novos lances nas prorrogações, a etapa será encerrada automaticamente, com a divulgação da classificação final.

8.6. Encerrada a etapa competitiva, será considerada provisoriamente vencedora a proposta mais bem classificada, sujeita à verificação de conformidade e habilitação.

8.7. Havendo diferença de, no mínimo, **5% (cinco por cento)** entre a melhor proposta e a segunda colocada, caso haja manifesto interesse dos licitantes o Pregoeiro poderá, determinar o reinício da disputa para definição das demais colocações.

8.8. Na hipótese de reinício, os licitantes interessados poderão apresentar novos lances, inclusive intermediários.

9. DA FASE DE LANCES:

9.1. Após a classificação das propostas, terá início a fase de lances, sendo admitida a apresentação sucessiva de lances inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante.

9.2. Os lances serão livres, devendo os licitantes evitar a apresentação de valores irrisórios que comprometam a celeridade e a regularidade do certame, podendo o Pregoeiro, de forma motivada, estipular valor mínimo de redução, aplicável inclusive aos lances intermediários.

9.3. Os licitantes deverão acompanhar a sessão em tempo real, sendo responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de desconexão ou inobservância das mensagens do sistema.

9.4. Em caso de desconexão do sistema com o Pregoeiro:

I – O sistema poderá permanecer recebendo lances;

II – Persistindo a desconexão por mais de 10 (dez) minutos, a sessão poderá ser suspensa e reiniciada mediante aviso no sistema.

9.5. Havendo apenas uma proposta válida, o Pregoeiro verificará sua aceitabilidade.

9.6. Em caso de empate, prevalecerá a proposta registrada primeiro, sem prejuízo dos critérios legais de desempate.

9.7. Encerrada a fase de lances, poderá haver negociação com o primeiro colocado e, se necessário, com os demais, conforme a ordem de classificação.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

10.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto às condições de participação e compatibilidade com o valor estimado.

10.2. Não serão aceitas propostas que apresentem preços superiores ao valor estimado pela Administração ou que sejam consideradas manifestamente inexequíveis, salvo se o licitante comprovar, de forma formal e fundamentada, a exequibilidade de sua proposta.

10.3. Considera-se inexequível a proposta que:

I – Não cubra os custos da contratação;

II – Apresente valores irrisórios ou incompatíveis com o mercado;

III – Revele inviabilidade de execução do objeto.

10.4. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta.

10.5. Poderá ser exigida planilha de custos readequada, a qual será analisada pela equipe técnica.

10.6. Caso a proposta não seja aceitável, será analisada a subsequente, até a apuração de proposta válida.

10.7. Será assegurado o saneamento de falhas formais, desde que não haja prejuízo à isonomia, nos termos da legislação vigente.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA REALINHADA:

11.1. A licitante vencedora da etapa de lances e regularmente habilitada deverá, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, **cadastrar a Proposta de Preços Realinhada** e deverá encaminhá-la por meio da plataforma BLL e, quando solicitado, também no e-mail, **pmrroo@hotmail.com**, rubricada em todas as folhas, **datada e assinada na última folha pelo representante legal da empresa**.

11.2. A proposta deverá:

a) Estar redigida em língua portuguesa, de forma clara, sem rasuras;

b) Conter a discriminação dos itens, com respectivos valores unitários e totais;

c) Manter o percentual de desconto ofertado na fase de lances, quando aplicável;

d) Apresentar valores com, no máximo, **duas casas decimais**;

e) Indicar marca/modelo, quando aplicável e exigido no edital.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, de forma motivada, mediante solicitação justificada da licitante em situações excepcionais que impeçam o seu cumprimento, tais como instabilidade do sistema ou outros fatos devidamente comprovados.

11.4. O não envio da proposta no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da licitante, sem prejuízo da aplicação de sanção de advertência, nos termos da legislação vigente.

11.5. Na hipótese de convocação de licitante remanescente, em decorrência da desclassificação da(s) primeira(s) colocada(s), o trâmite seguirá as mesmas regras e condições estabelecidas para a licitante originalmente classificada em primeiro lugar.

12. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

12.1. Os itens ou lotes com **valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Brasil que atendam a todas as exigências do edital, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

12.1.1. A exclusividade prevista no item anterior não será aplicada quando não houver, na sessão pública, o mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MPes e aptos a cumprir as exigências do instrumento convocatório, hipótese em que o item passará à ampla concorrência.

12.1.2. Na ausência de propostas para os itens exclusivos por parte de MPes, ou quando a empresa vencedora, ainda que beneficiária, não regularizar sua documentação no prazo legal previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens poderão ser adjudicados às licitantes da ampla concorrência que tenham apresentado proposta.

12.1.3. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o prazo legal para sua regularização, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.1.4. Aplicam-se às sociedades cooperativas os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

12.1.5. Não se aplicam os benefícios do tratamento diferenciado e favorecido previstos na Lei Complementar nº 123/2006 nas seguintes hipóteses:

12.1.6. Quando não houver o mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MPes e aptos a cumprir as exigências do instrumento convocatório, conforme art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.1.7. Quando a proposta apresentada por MPE não for vantajosa para a Administração Pública, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2. Nos itens com valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como naqueles originalmente exclusivos que venham a se tornar de ampla concorrência, será assegurado, como critério de desempate, o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, na forma de intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta classificada.

12.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2.2. Caso não haja manifestação por parte do licitante no prazo máximo de 5 (cinco) minutos esse fica **precluso** e a licitação segue, conforme o art. 45 da LC 123/2006.

13. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÃO EXIGIDOS APENAS DO LICITANTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR, DEVENDO SER ANEXADOS NA PLATAFORMA BLL, EM FORMATO DIGITAL, NO PRAZO MÁXIMO DE 2 (DUAS) HORAS, NOS TERMOS DO ART. 63, II, DA LEI Nº 14.133/2021.

13.1. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA CONSISTE EM:

13.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.1.5. Cópia do documento de Identidade e CPF dos Representantes Legais da empresa;

13.2. DA COMPROVAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO:

13.2.1. **Alvará de Localização e Funcionamento.** (A exigência fundamenta-se na necessidade de assegurar que a empresa licitante exerce suas atividades de forma regular no endereço declarado, possui autorização legal para o exercício da atividade econômica, cumpri os requisitos de segurança, higiene e acessibilidade, visando proteger o interesse público evitando a contratação de empresas irregulares ou clandestinas).

13.2.1.1. Na hipótese de **indisponibilidade do Alvará definitivo**, poderá ser aceito, de forma **excepcional e a critério da Administração**:

- a) Alvará provisório ou licença de funcionamento temporária, emitida pelo órgão municipal competente;
- b) Certidão de regularidade no cadastro da empresa junto à Prefeitura ou órgão equivalente, comprovando a inscrição no cadastro de contribuintes e a atividade econômica declarada.

13.2.2. A aceitação de documentos provisórios ou alternativos **não exime o licitante** da obrigação de apresentar, posteriormente, o alvará definitivo, quando exigido para a contratação.

13.3. DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONSISTE EM:

13.3.1. A licitante deverá apresentar **Autorização de Funcionamento válida**, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que a habilite a exercer atividade de distribuição e/ou revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em conformidade com a regulamentação vigente aplicável ao setor, constituindo requisito obrigatório para atuação regular no ramo de atividade objeto da presente contratação.

13.3.2. A licitante deverá apresentar **Certificado de Regularidade válido** emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), comprovando sua situação regular no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), quando aplicável à atividade exercida, **ou**, alternativamente, **Licença Ambiental Válida, Certidão ou Cadastro Equivalente** expedido por órgão ambiental competente (federal, estadual ou municipal), que comprove a regularidade ambiental da empresa para o exercício das atividades relacionadas ao objeto licitado.

13.3.3. A licitante deverá apresentar **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)** válido, ou documento equivalente, expedido pelo **Corpo de Bombeiros Militar do respectivo estado**, comprovando que suas instalações atendem às normas de segurança contra incêndio e pânico. A exigência decorre da natureza do objeto (GLP), produto inflamável, exigindo conformidade ambiental e de segurança.

13.4. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA COMPREENDE:

13.4.1. **Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial/Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou Certidão de Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para sua apresentação, salvo se constar prazo de validade diverso na própria certidão.

13.4.1.1. Caso a **Certidão** indique **Recuperação Judicial**, a licitante deverá comprovar, certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores, homologado pelo juízo competente e que se encontra em regular cumprimento, demonstrando capacidade econômico-financeira para participação no certame.

13.4.1.2. Para as cooperativas, a certidão prevista no subitem 13.4.1 deverá ser substituída por Certidão Negativa de Ações de Insolvência Civil.

13.5. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA COMPREENDE:

13.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.5.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

13.5.3. Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), incluindo contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991;

13.5.4. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual do domicílio tributário da licitante;

13.5.5. Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos municipais, expedida pelo órgão fazendário do respectivo domicílio tributário;

13.5.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

13.5.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440/2011. (obtida através do site: www.tst.jus.br).

Observação: As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida, ainda que contenha alguma restrição.

a) Havendo restrição na regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

b) A prorrogação poderá ser concedida mediante solicitação formal do licitante, acompanhada de justificativa;

c) A não regularização no prazo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, facultando-se à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.6. DAS DECLARAÇÕES DO LICITANTE, CONFORME MODELO ÚNICO DESCRITO NO ANEXO V:

a) O licitante deverá anexar, na plataforma BLL, juntamente com a proposta de preços, até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública, as declarações em modelo único, seguindo o sugestionado no Anexo V, em formato digital, no campo "Documentos exigidos para o processo".

1. Concordância com o Edital e Custos Trabalhistas:

2. Trabalho do Menor:

3. Trabalho Degradante ou Forçado:

4. Reserva de Cargos – PCD e Reabilitados:

5. Inexistência de Vínculo com Agente Público:

6. Enquadramento como **ME, EPP** ou Cooperativa (Quando Aplicável):

7. Cooperativa (Quando Aplicável):

8. Inexistência de Sanções:

9. Conformidade com a Lei Anticorrupção:

13.7. DA REALIZAÇÃO DE CONSULTA EM NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LICITANTE, BEM COMO DE EVENTUAL MATRIZ OU FILIAL E DE SEUS SÓCIOS, JUNTO AOS SEGUINTE CADASTROS:**13.7.1. CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA**, junto aos órgãos gestores abaixo indicados:

- a) TCU – Cadastro de Licitantes Inidôneos;
- b) CNJ – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA);
- c) **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA:**
 - 1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
 - 2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

13.8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

13.8.1. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados para fins de habilitação deverão estar em nome da licitante, contendo, preferencialmente, o número do CNPJ e o respectivo endereço.

13.8.2. Quando a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome; quando for filial, deverão estar em nome da respectiva filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem emitidos exclusivamente em nome da matriz.

13.8.3. Os documentos que não apresentarem prazo de validade expresso serão considerados válidos por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão até a data da sessão pública.

13.8.4. Será admitida a apresentação de declarações relativas a fatos de natureza meramente formal, desde que não contrariem a legislação vigente nem comprometam a isonomia entre os licitantes.

13.8.5. O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, devendo fixar prazo razoável, não superior a 02 (dois) dias úteis, para atendimento.

13.8.6. A verificação de informações em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

13.8.7. Os documentos apresentados em meio eletrônico ou digital possuem plena validade jurídica, nos termos da legislação vigente.

13.8.8. A exigência de apresentação de documentos originais físicos limitar-se-á aos casos de dúvida quanto à autenticidade, integridade ou veracidade das informações apresentadas, ou quando houver previsão legal específica.

13.8.9. O Pregoeiro poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação de documentos originais, sempre que necessário à adequada instrução do processo.

13.8.10. Verificado, em diligência, o não atendimento às exigências editalícias, o licitante será declarado inabilitado, prosseguindo-se o certame.

14. DO ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, QUANDO CABÍVEL:

14.1. Após o julgamento da proposta e da habilitação, o Pregoeiro poderá, quando necessário, promover diligência para fins de esclarecimento ou complementação de informações, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devendo a licitante encaminhar os documentos solicitados em formato digital, exclusivamente por meio do sistema BLL, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contados da convocação.

14.2. Os documentos complementares deverão restringir-se à comprovação da veracidade, autenticidade ou integridade das informações e documentos já apresentados, sendo vedada a sua utilização para suprir a ausência de documentos exigidos no edital, não se caracterizando como nova oportunidade para fins de habilitação.



14.3. A diligência prevista neste item poderá abranger, exemplificativamente, a apresentação de documentos correlatos que subsidiem a análise, tais como contratos que tenham fundamentado a emissão de atestados de capacidade técnica ou outros elementos necessários à confirmação das informações prestadas.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Encerradas as fases de julgamento e recursal, quando houver, e verificado o atendimento às exigências deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará a licitante vencedora, adjudicará o objeto, na ausência de recurso, e encaminhará o processo à autoridade competente para homologação.

15.2. Havendo interposição de recurso, este será apreciado pelo(a) Pregoeiro(a) e, mantida a decisão quanto à classificação da licitante vencedora, o processo será encaminhado à autoridade competente que, após verificar a regularidade dos atos praticados, adjudicará o objeto e homologará o certame.

15.3. A adjudicação e a homologação observarão o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

16.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderão ser celebrados contratos dela decorrentes, conforme a necessidade da Administração, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, no edital e na legislação aplicável.

16.4. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. O prazo de vigência da ARP e dos contratos decorrentes será estabelecido no respectivo instrumento, observado o disposto no item 22 deste Edital.

16.6. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços caberá ao órgão gerenciador, que acompanhará a execução e o cumprimento das condições registradas, podendo, para tanto, expedir normas complementares necessárias à sua operacionalização.

16.7. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses previstas na legislação aplicável, devidamente justificadas, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

16.8. Será admitida a formação de cadastro de reserva, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, observada a ordem de classificação final, compreendendo:

16.8.1. Os licitantes que tenham se manifestado, na sessão pública, interesse em cotar o objeto nas mesmas condições e pelo mesmo preço do adjudicatário;

16.8.2. Os licitantes mais bem classificados que não tenham aderido ao preço do adjudicatário, para eventual negociação futura, respeitada a ordem de classificação.

16.9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

16.9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços – ARP, como anexo, o cadastro de reserva composto por:

16.9.1.1. Os licitantes que tenham se manifestado, durante a sessão pública, quanto ao interesse em cotar o objeto nas mesmas condições e pelo mesmo preço do adjudicatário, observada a ordem de classificação final.

16.9.1.2. Poderão, ainda, integrar o cadastro de reserva os licitantes remanescentes classificados que não tenham aderido ao mesmo preço e condições do adjudicatário, desde que manifestem expressamente, durante a sessão pública, interesse em compor o cadastro, hipótese em que serão registrados na ordem de classificação, para fins de eventual convocação e negociação futura, observada a vantajosidade para a Administração.

16.9.2. Nas contratações decorrentes da ARP, será observada a ordem de classificação dos licitantes registrados no cadastro de reserva.

16.9.3. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto pelo preço do adjudicatário terão preferência na ordem de convocação em relação àqueles que mantiverem sua proposta original.

16.9.4. A habilitação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva será exigida somente quando houver necessidade de sua contratação, nas seguintes hipóteses:

16.9.4.1. Não assinatura da ARP pelo licitante vencedor, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

16.9.4.2. Cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados.

16.9.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar pelo preço do adjudicatário concordar com a contratação nas mesmas condições, a Administração poderá, observados o valor estimado e sua eventual atualização:

16.9.5.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original, na ordem de classificação, para negociação visando à obtenção de melhor preço, ainda que superior ao do adjudicatário;

16.9.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições propostas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, caso reste frustrada a negociação.

16.10. DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (“CARONA”):

16.10.1. Considerando a ausência de motivação formal, por parte de outros órgãos ou entidades, quanto ao interesse na utilização do objeto desta contratação, não foi prevista cláusula autorizando a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação (“carona”).

16.10.2. A decisão fundamenta-se no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União – TCU, segundo o qual a previsão de adesão por órgãos ou entidades não participantes deve estar amparada em justificativa específica, devidamente respaldada em estudos técnicos prévios e registrada nos documentos de planejamento da contratação.

16.10.3. Nesse sentido, destaca-se o seguinte entendimento:

“A inserção de cláusula em edital licitatório prevendo a possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação (‘carona’) exige justificativa específica, lastreada em estudo técnico referente ao objeto licitado e devidamente registrada no documento de planejamento da contratação.” (TCU, Acórdão nº 311/2018 – Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas).

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS PROPOSTA E HABILITAÇÃO:

17.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2. A ausência de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso.

17.3. Manifestada a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, exclusivamente por meio eletrônico.

17.4. Os demais licitantes ficarão, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do término do prazo do recorrente.

17.5. O recurso terá efeito suspensivo, nos termos da legislação aplicável.

17.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.7. Os autos do processo permanecerão disponíveis para vista franqueada aos interessados por meio do sistema eletrônico.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

18.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar instrumento equivalente, tais como Nota de Empenho, Carta-Contrato ou Autorização de Fornecimento, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A Administração poderá encaminhar o instrumento contratual por meio eletrônico ou, alternativamente, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), para que seja assinado ou aceito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do seu recebimento.

18.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal do adjudicatário, devidamente justificada e aceita pela Administração.

18.4. Para a formalização da contratação, o adjudicatário deverá manter todas as condições de habilitação exigidas no certame, devendo comprová-las quando solicitado. Caso não o faça, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para a celebração da contratação nas condições de suas respectivas propostas, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do objeto e do preço, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.5. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às sanções previstas na legislação aplicável, facultando à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da contratação.

18.6. As cláusulas e condições contratuais, inclusive aquelas relativas às penalidades e demais obrigações, são as estabelecidas neste Edital e em seus anexos, especialmente na minuta do contrato, quando houver.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas com fundamento no futuro contrato correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos e entidades demandantes, consignadas em seus respectivos orçamentos, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no momento da emissão de cada nota de empenho.

19.2. A indicação das dotações orçamentárias específicas será realizada por ocasião de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, conforme a Secretaria ou órgão demandante, não se caracterizando a assinatura deste contrato como obrigação de empenho integral dos valores estimados.

19.3. As despesas poderão ser suportadas por dotações orçamentárias equivalentes ou supervenientes, desde que compatíveis com a natureza do objeto, nos termos da legislação orçamentária vigente.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À LICITAÇÃO:

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das condutas a seguir descritas:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou deixar de apresentar qualquer documento solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante a licitação;

20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, especialmente quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a fase de negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- c) Solicitar sua desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra, quando exigida;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3. Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. Fraudar a licitação;

20.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a legislação vigente;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada, adulterada ou deteriorada;

20.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A sanção de multa será aplicada em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da comunicação oficial.

20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será fixada entre 0,5% e 15% do valor do contrato licitado.

20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será fixada entre 15% e 30% do valor do contrato licitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da sanção de multa, será assegurado ao interessado o direito à defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

20.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada nas hipóteses previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como nas infrações descritas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem penalidade mais grave, observando-se o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, conforme item 20.1.3.1, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis e à imediata perda da garantia de proposta, nos termos do art. 45, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

20.10. A apuração de responsabilidade para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade será realizada mediante processo administrativo de responsabilização, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa escrita e indicação de provas.

20.11. Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso à autoridade superior, a qual deverá decidir no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

20.12. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento.

20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

21.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação pertinente ou para solicitar esclarecimentos acerca de seus termos, devendo o pedido ser protocolado exclusivamente por meio da plataforma eletrônica bllcompras.com, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão disponibilizadas no sítio eletrônico bllcompras.com, no campo "DOCUMENTOS", no link correspondente a este Edital, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado, em qualquer hipótese, ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, considerando-se apenas os dias de expediente na Administração Pública.

21.3.1. A contagem do prazo para apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimento dar-se-á de forma retroativa, ou seja, contado de trás para a frente, o dia do início será o da sessão pública, portanto, exclui-se da contagem, e inclui-se o dia do vencimento.

a) Exemplo: uma licitação com sessão marcada para sexta-feira o dia limite para impugnar ou pedir esclarecimento será na terça-feira, considerando uma semana de expediente ininterrupto na Administração.

21.3.2. Não serão conhecidos os pedidos de impugnação ou de esclarecimento apresentados fora dos prazos estabelecidos neste Edital.

21.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos para a realização do certame, salvo decisão expressa e devidamente fundamentada em sentido contrário.

21.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser devidamente motivada pelo Pregoeiro, com registro nos autos do processo licitatório.

21.6. Caso a impugnação seja acolhida, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observados os princípios da publicidade e da isonomia.

21.7. A apresentação de impugnação não impede o impugnante de participar do processo licitatório, até o trânsito em julgado da decisão administrativa que a apreciar.

21.8. Verificada a apresentação de impugnação de caráter manifestamente protelatório, que resulte no retardamento injustificado do certame, a **Autoridade competente poderá aplicar as sanções cabíveis**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. Os licitantes assumem integralmente todos os custos relacionados à preparação e à apresentação de suas propostas, não sendo a Administração, em hipótese alguma, responsável por tais despesas, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.2. O descumprimento de exigências formais que não comprometam a compreensão do ato, a competitividade, a isonomia ou o interesse público não ensejará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

22.3. A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido no próprio ato, sempre que necessário para a análise de propostas ou de documentos exigidos para habilitação.

22.3.1. Todos os avisos, comunicados, adendos, esclarecimentos, respostas a impugnações, suspensões decorrentes de horário de expediente ou de fatos supervenientes, bem como quaisquer outras informações pertinentes ao certame, serão disponibilizados no chat e/ou no campo "**DOCUMENTO**" do sistema eletrônico **bilcompras.com**, integrando o instrumento convocatório, sendo de inteira responsabilidade dos licitantes o seu acompanhamento, não podendo alegar desconhecimento, sob pena de preclusão de direitos.

22.4. Na hipótese de inexistência de expediente ou ocorrência de fato superveniente que impeça a realização da sessão na data inicialmente marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, salvo comunicação expressa do Pregoeiro em sentido contrário.

22.5. Os licitantes deverão examinar atentamente as disposições deste Edital e de seus Anexos, considerando que a simples apresentação da proposta implicará aceitação plena, irretratável e incondicional de todos os seus termos, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento de qualquer disposição.

22.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na sessão pública, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

22.7. A Autoridade competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante decisão devidamente motivada.

22.7.1. A anulação do procedimento licitatório implica a anulação dos atos dele decorrentes, inclusive do contrato, quando houver.

22.7.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento pelos encargos comprovadamente suportados no cumprimento das obrigações até a data da anulação, nos termos da legislação vigente.

22.8. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas sempre em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.9. A homologação do resultado da licitação não implica direito subjetivo à contratação.

22.10. É de inteira responsabilidade do licitante acompanhar, no sistema eletrônico **bilcompras.com**, todos os atos do certame, inclusive quanto à sua classificação, desclassificação ou inabilitação, assumindo integralmente os ônus decorrentes da perda de prazos ou oportunidades por falta de acompanhamento.

22.11. O descumprimento de quaisquer cláusulas deste Edital sujeitará o licitante às decisões do Pregoeiro quanto à sua desclassificação ou inabilitação, quando caracterizado prejuízo ao regular andamento do processo licitatório.

22.12. O Edital encontra-se disponível, na íntegra, no endereço eletrônico **bilcompras.com** e no sítio oficial do Município (www.rondonopolis.mt.gov.br), podendo ainda ser consultado ou obtido, em dias úteis, no endereço e horário indicados no preâmbulo deste Edital, onde também permanecerão franqueados os autos do processo administrativo para vista dos interessados.

22.13. Alternativamente à convocação para comparecimento presencial para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a Administração poderá encaminhar os respectivos instrumentos para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, devendo ser assinados no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento.

22.14. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Edital que não puderem ser solucionadas na esfera administrativa, fica eleito o **Foro da Comarca de Rondonópolis/MT**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rondonópolis-MT., XX de abril de 2026.



RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA

Superintendente do Departamento de Compras e Licitações

Email: pmrroo@hotmail.com

ANEXO I
RESUMO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Resumo do Termo de Referência tem por objeto **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo GLP (gás de cozinha), envasado em botijões e vasilhames, com entrega de forma contínua, parcelada e sob demanda**, visando atender às necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Rondonópolis-MT, conforme especificações, condições e quantitativos estimados estabelecidos no presente Edital e em seus anexos, que o integram.

1.2. O referido resumo tem por finalidade apresentar, de forma objetiva, clara e consolidada, as informações essenciais à compreensão do objeto e à adequada formulação das propostas incluindo os quantitativos, critérios de execução, estimativa de preços e demais condições relevantes à precificação e à futura execução contratual, possibilitando o pleno conhecimento das condições da contratação, excluindo-se as informações de caráter estritamente administrativa ou de uso interno da Administração.

1.3. A especificação detalhada do objeto, bem como os valores estimados por item, encontra-se descritos no **Anexo V – Formação de Preços**, o qual integra este Termo de Referência/Edital para todos os fins de direito, nos termos do art. 25, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. SECRETARIA MUNICIPAL REQUISITANTE:

Item	Secretaria Municipal Requisitante:	Nome do Responsável:
01	Procuradoria Geral do Município - Procon	Luiz Henrique Nucci Vacaro
02	Sec. de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação	Luciano Rodrigues
03	Secretaria de Saúde	Mykaell Thiago dos Santos Vitorino Bandeira
04	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Carlos Alberto Pereira Júnior
05	Secretaria de Habitação e Urbanismo	Yasmin Waki Leite Silvério
06	Secretaria de Mobilidade Urbana	Thales Tatí Gonçalves Vicente

2. DA INDICAÇÃO DE MARCA PARADIGMA (ART. 41, INCISO I, DA LEI N.º 14.133/2021):

2.1. Considerando que o objeto licitado se refere ao fornecimento de Carga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), bem como a botijão/vasilhame, produtos padronizados e regulamentados por normas técnicas e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), não será adotada indicação de marca paradigma.

2.2. A especificação do objeto observará exclusivamente os requisitos técnicos, de qualidade e de segurança estabelecidos na legislação e regulamentação vigentes, assegurando a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3. DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO ARP/CONTRATO E RESULTADOS:

3.1. O regime de execução da Ata de Registro de Preços (ARP) e/ou do contrato, bem como os resultados esperados, deverão observar integralmente as determinações e exigências estabelecidas na **Minuta da ARP (Anexo II)** e na **Minuta do Contrato (Anexo III)**, as quais integram este TR/Edital para todos os fins.

3.2. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

(Art. 23, § 1º, Inciso V, do Decreto Municipal nº 11.685/2023)

3.2.1. A execução do objeto, referente ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e produtos afins, dar-se-á de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitações formais emitidas pelos órgãos participantes

da Ata de Registro de Preços, observadas as condições, prazos, quantitativos e especificações estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

3.2.2. Cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, contendo, no mínimo, a identificação do órgão demandante, a descrição detalhada do GLP (com indicação do tipo de recipiente, como botijões P13, P45 ou equivalentes), produtos afins, quantitativos, prazos e local de entrega.

3.2.3. O GLP deverá ser fornecido em recipientes transportáveis (botijões ou cilindros) devidamente certificados e requalificados, em conformidade com a regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente a NBR 8460 (recipientes transportáveis de aço para GLP) e NBR 15514 (armazenamento de recipientes transportáveis de GLP), devendo apresentar lacre inviolável, selo de identificação, data de requalificação válida e perfeitas condições de uso, garantindo a segurança, qualidade e rastreabilidade do produto.

3.2.4. O transporte, manuseio e entrega do GLP deverão observar rigorosamente as normas de segurança aplicáveis a produtos perigosos e inflamáveis, em especial a Norma Regulamentadora nº 20 – NR-20 (Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis), bem como demais legislações pertinentes, devendo ser realizados por profissionais devidamente capacitados e com uso de equipamentos adequados.

3.2.5. As entregas ocorrerão diretamente nos endereços indicados pelos órgãos solicitantes, em locais previamente definidos como adequados ao recebimento e armazenamento seguro do GLP, cabendo à contratada a responsabilidade integral pelos custos e riscos relacionados ao transporte, carga, descarga e substituição de recipientes, inclusive quanto à retirada de vasilhames vazios e fornecimento de cheios.

3.2.6. A contratada deverá realizar, sempre que necessário, a substituição imediata de recipientes que apresentem defeitos, avarias, vazamentos ou inconformidades, bem como prestar orientações básicas quanto ao correto manuseio, instalação e armazenamento do GLP, sem ônus adicional para a Administração.

3.2.7. O prazo para fornecimento será de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da ordem de fornecimento, podendo ser reduzido em situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração, em razão da essencialidade do produto.

3.2.8. O descumprimento das normas de segurança, das especificações técnicas ou dos prazos estabelecidos sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório e no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis, especialmente em razão da natureza inflamável e potencialmente perigosa do produto.

3.2.9. A execução do objeto ocorrerá por conta e risco exclusivo da contratada, que deverá disponibilizar todos os recursos necessários, incluindo mão de obra qualificada, veículos devidamente licenciados para transporte de produtos perigosos, equipamentos de segurança, documentação obrigatória e demais insumos exigidos pela legislação vigente, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por custos adicionais decorrentes da execução contratual.

4. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ARP/CONTRATO:

(Art. 23, § 1º, Inciso VI, do Decreto Municipal nº 11.685/2023)

4.1. A gestão e a fiscalização da execução do contrato e das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, em conformidade com os arts. 117, 118 e 119 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 11.685/2023, observadas as competências, responsabilidades e limites legais.

4.2. O modelo de gestão e fiscalização da ARP/CONTRATO, bem como os resultados esperados, deverão observar integralmente as determinações e exigências estabelecidas na **Minuta da ARP (Anexo II)** e na **Minuta do Contrato (Anexo III)**, as quais integram este TR/Edital para todos os fins.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. As condições de pagamento observarão integralmente as determinações e exigências previstas na **Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II)** e na **Minuta do Contrato (Anexo III)**, que integram este Termo de Referência/Edital para todos os fins, independentemente de transcrição.

6. GARANTIA E SEGUROS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual e de contratação de seguros para a execução do objeto fundamenta-se no disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que faculta à Administração a dispensa dessas exigências quando, diante da natureza, do valor e dos riscos envolvidos, tais medidas se mostrarem desnecessárias ou desproporcionais.

6.1.1. No caso em apreço, o objeto consiste na eventual aquisição de gás GLP e afins destinados ao atendimento das demandas da municipalidade, caracterizando-se como fornecimento de natureza rotineira, de baixa complexidade operacional, com entregas parceladas e pagamento condicionado ao efetivo recebimento e atesto dos produtos.

6.1.2. Ademais, os riscos contratuais são mitigados por mecanismos próprios da execução, tais como o controle de qualidade no recebimento, a possibilidade de rejeição de produtos em desconformidade, a aplicação de penalidades administrativas previstas em lei e no instrumento convocatório, bem como o pagamento posterior à entrega e aceitação definitiva do objeto.

6.1.3. Dessa forma, a exigência de garantia contratual ou de seguros poderia representar ônus excessivo aos licitantes, com potencial restrição à competitividade do certame, sem que disso resulte benefício proporcional à Administração, razão pela qual se mostra juridicamente adequada e administrativamente vantajosa a sua dispensa.

7. Das Condições de Qualidade, Manutenção e Assistência Técnica:

7.1. Considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e vasilhames, não se aplica, em regra, manutenção técnica continuada, típica de bens permanentes.

7.2. A contratada deverá garantir que o GLP fornecido atenda integralmente às normas técnicas e de qualidade vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

7.3. Os botijões e/ou vasilhames fornecidos deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente lacrados, identificados, dentro do prazo de validade de requalificação e em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.

7.4. A contratada deverá substituir, no prazo máximo a ser definido no Termo de Referência, sem ônus para a Administração, qualquer produto que apresente vício, defeito, avaria, violação de lacre, ou que esteja em desacordo com as especificações exigidas.

7.5. A assistência técnica, quando aplicável, limitar-se-á à substituição imediata de vasilhames defeituosos, danificados ou fora dos padrões de segurança, não sendo admitida a recarga ou reutilização irregular.

7.6. A contratada será responsável por todos os aspectos relacionados à segurança no transporte e manuseio do GLP, devendo observar rigorosamente as normas regulamentadoras e de segurança vigentes.

8. DA EXECUÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA

(Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 23, §1º, do Decreto Municipal nº 11.685/2023)

8.1. Em observância à Lei nº 14.133/2021, à legislação ambiental vigente e às normas regulatórias e técnicas aplicáveis, a exigência de logística reversa deverá ser compatibilizada com a natureza do objeto contratado. No presente caso, tratando-se do fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e produtos afins, verifica-se que a logística reversa é inerente ao próprio modelo operacional do setor, especialmente no que se refere aos recipientes transportáveis (botijões/cilindros), de caráter reutilizável e retornável.

8.2. O fornecimento de GLP ocorre, geralmente, mediante sistema de troca de recipientes, no qual os vasilhames vazios são obrigatoriamente recolhidos pela Contratada no ato da entrega de recipientes cheios, permanecendo sob responsabilidade da distribuidora ou revendedora autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, não se caracterizando como resíduo sólido a ser descartado pela Administração Pública.

8.3. A Contratada deverá assegurar o recolhimento, transporte, armazenamento, reutilização, manutenção, inspeção e requalificação periódica dos recipientes de GLP, em conformidade com os regulamentos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 15514 (armazenamento de recipientes transportáveis de GLP) e demais normas correlatas, garantindo a segurança operacional, a rastreabilidade e a integridade dos vasilhames.

8.4. É expressamente vedado o descarte, abandono, inutilização indevida ou destinação inadequada de recipientes de GLP, cabendo à Contratada promover seu retorno à cadeia regular de distribuição, em conformidade com a regulamentação vigente e as boas práticas de segurança.

8.5. No que se refere aos produtos afins eventualmente fornecidos (tais como válvulas, reguladores de pressão, mangueiras e acessórios), a logística reversa será exigida quando houver previsão em legislação ambiental específica ou normas aplicáveis, devendo a Contratada responsabilizar-se pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e embalagens, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

8.6. A Contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança aplicáveis ao manuseio de inflamáveis, especialmente a NR-20, bem como demais normas regulamentadoras e técnicas pertinentes, assegurando condições adequadas de transporte, armazenamento e manuseio do GLP, de modo a mitigar riscos à saúde pública, à segurança dos usuários, ao patrimônio e ao meio ambiente.

8.7. Justifica-se a não imposição de obrigação ampla de logística reversa à Contratada, nos moldes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tendo em vista que o principal insumo contratado (GLP) não gera resíduo sólido direto, e que seus recipientes são reutilizáveis, retornáveis e submetidos a sistema próprio de circulação controlada, manutenção e requalificação periódica, devidamente regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e normatizado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA

Superintendente do Departamento de Compras e Licitações

Email: pmrroo@hotmail.com

ANEXO II MINUTA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2026.
PROCESSO DE COMPRA N.º XX/2026.

O Município de Rondonópolis-Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Duque de Caxias n.º 1000, Bairro: Vila Aurora, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 03.347.101/0001-21, através da **Secretaria Municipal de XXXXXX**, neste ato representada pela **Sr.(a) XXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **Órgão Gerenciador**, **Resolve registrar os preços** das empresas abaixo relacionadas, doravante denominadas simplesmente **Fornecedores Registrados**, de acordo com a classificação por elas alcançadas nos itens abaixo relacionados, tendo em vista que, atenderam todas as condições previstas no edital e seus anexos, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 11.685, de 18 de setembro de 2023, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislações correlatadas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo GLP (gás de cozinha), envasado em botijões e vasilhames, com entrega de forma contínua, parcelada e sob demanda**, visando atender às necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Rondonópolis-MT, conforme especificações, condições e quantitativos estimados estabelecidos no presente Edital e em seus anexos, que o integram.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. A presente ARP terá vigência de 1 (um) ano contado a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município - DIORONDON, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. Na hipótese de prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, poderá ser admitida:

- a) a renovação do quantitativo originalmente registrado, desde que devidamente justificada a vantajosidade e mantidas as demais condições pactuadas; e
- b) a atualização dos preços registrados, conforme o índice de reajuste previsto no edital, contado a partir do início da vigência da prorrogação, observados os limites legais e contratuais aplicáveis.

2.2. No caso em que houver necessidade de formalização de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços (ARP), sua vigência, modelo de gestão e demais condições contratuais observarão o disposto no Edital e em todos os seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL:

3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação(ões) do(s) produto(s) a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no Anexo Informações sobre os produtos registrados (gerado pelo sistema de informação “ÁGILI”), que é parte integrante da presente ARP.

3.2. A(s) diferença(s) percentual(is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto, a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) no Anexo Informações sobre os produtos registrados (gerado pelo sistema de informação “ÁGILI” desta ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

4.1. O valor total estimado para as aquisições decorrentes do presente ARP perfaz o montante de R\$

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):

5.1. A presente Ata de Registro de Preços destina-se ao atendimento das demandas das Secretarias do Município de Rondonópolis.

CLÁUSULA SEXTA – DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 11.685/2023 e nas demais normas complementares.

6.2. Uma vez registrados o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Detentor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas no edital, anexos e nesta ARP.

6.3. A existência de preço(s) registrado(s) implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na sua proposta, mas não obrigará a contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

6.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).

6.5. O Detentor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços.

6.6. O Detentor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DA ARP:

7.1. As contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços poderão serem formalizadas mediante celebração de contrato administrativo, o qual permanecerá a ela vinculado, devendo observar integralmente as condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 11.685/2023.

7.2. Após autorização, a Gerência ou equivalente de cada um dos Órgãos Participantes do Registro encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente ao Detentor da ARP, via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.

7.2.1. A comprovação de que o Detentor recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente deverá ocorrer via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.

7.3. Na hipótese de as Gerências ou equivalentes dos Órgãos Participantes não conseguirem um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente ao Detentor, deverá ser publicado um aviso no Diário Oficial do Município - DIORONDON, para que o Detentor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.

7.4. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) produto(s), com ônus para o Detentor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO ARP E RESULTADOS:

(Art. 40, Inciso II, Lei 14.133/2021):

8.1. DA INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA:

8.1.1. A Detentora da ARP deverá realizar o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e produtos afins de forma parcelada, conforme solicitação do setor requisitante, com entrega direta nos endereços previamente indicados pela Contratante, de acordo com a conveniência da Administração, tais como almoxarifados, unidades

administrativas, escolas, cozinhas institucionais e demais locais vinculados, situados no perímetro urbano e, quando necessário, em áreas rurais.

8.1.2. As entregas deverão ocorrer conforme a necessidade de consumo, podendo envolver tanto o fornecimento de recargas quanto a substituição de recipientes (botijões/cilindros), cheios por vazios.

8.2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: ENTREGA, PRAZOS, CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, SEGURANÇA E EXIGÊNCIAS REGULATÓRIAS:

8.2.1. O fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e produtos afins dar-se-á de forma **parcelada e sob demanda**, mediante solicitação formal da Administração (ordem de fornecimento/nota de empenho), com entrega direta nos locais previamente indicados.

8.2.2. Os prazos de entrega observarão:

I – até **02 (duas) horas**, para atendimentos emergenciais;

II – até **24 (vinte e quatro) horas**, para demandas ordinárias;

III – excepcionalmente, até **05 (cinco) dias úteis**, quando justificado pela natureza do fornecimento e previamente aceito pela Administração.

8.2.3. As entregas deverão ocorrer, preferencialmente, em dias úteis e horário de expediente, podendo ser ajustadas conforme a necessidade do serviço público.

8.2.4. DAS EXIGÊNCIAS REGULATÓRIAS:

8.2.4.1. O fornecimento deverá atender integralmente às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), quanto à comercialização, transporte, armazenamento e controle de qualidade do GLP.

8.2.4.2. A Contratada deverá possuir autorização de funcionamento válida junto à ANP, compatível com a atividade exercida, mantendo sua regularidade durante toda a execução contratual.

8.2.4.3. Os recipientes (botijões) deverão atender às normas da ABNT e às exigências de certificação compulsória do INMETRO, devendo apresentar:

a) selo de conformidade do INMETRO;

b) identificação do fabricante/distribuidor;

c) data de fabricação e requalificação dentro do prazo de validade;

d) lacre inviolado.

8.2.5. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA:

8.2.5.1. A Contratada deverá observar integralmente a NR-20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, especialmente quanto:

a) ao manuseio seguro do GLP;

b) à prevenção de vazamentos, incêndios e explosões;

c) ao armazenamento e transporte seguros;

d) à adoção de procedimentos operacionais padronizados.

8.2.5.2. Os profissionais envolvidos deverão estar devidamente capacitados, com treinamento comprovado, sendo obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

8.2.5.3. O transporte deverá ser realizado em veículos apropriados para produtos perigosos, devidamente licenciados, sinalizados e em conformidade com a legislação vigente.

8.2.6. DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS:

8.2.6.1. A Contratada deverá cumprir a legislação ambiental aplicável, especialmente quanto ao transporte, armazenamento e destinação de recipientes.

8.2.6.2. Quando aplicável, deverá assegurar a logística reversa dos recipientes, sendo vedado o descarte irregular.

8.2.6.3. A Contratada será responsável por eventuais danos ambientais, devendo promover sua reparação integral às suas expensas.

8.2.7. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

8.2.7.1. No ato da entrega, os produtos serão submetidos à conferência pelo responsável designado, observando-se um checklist de recebimento:

- a) integridade física do botijão (sem amassados excessivos, ferrugem crítica ou deformações);
- b) ausência de vazamentos (teste olfativo e/ou outro método seguro);
- c) presença de lacre inviolado;
- d) peso compatível com a especificação, tais como: P-13, P-45;
- e) selo do INMETRO válido;
- f) identificação do distribuidor autorizado;
- g) validade da requalificação do recipiente;
- h) conformidade com normas técnicas vigentes.

8.2.1.2. Os botijões deverão estar em perfeitas condições de uso, sendo vedada a entrega de recipientes:

- a) com vazamentos, amassamentos excessivos, corrosões ou deformações;
- b) indícios de adulteração violação de lacre, ou reconicionados irregularmente;
- c) em desacordo com normas técnicas da ANP, ABNT e INMETRO;
- d) que apresentem qualquer risco à segurança.

8.2.7.3. Os produtos em desconformidade serão recusados, devendo ser substituídos no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a Administração.

8.2.7.4. No ato da entrega, deverá ser apresentada a respectiva Nota Fiscal.

8.2.7.5. O recebimento provisório e definitivo observará os procedimentos administrativos, sendo que o recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**.

8.2.7.6. O fornecimento deverá atender integralmente às normas da **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, quanto à comercialização, armazenamento, transporte e controle de qualidade do GLP.

8.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

8.3.1. O fornecimento deverá observar rigorosamente as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

8.3.2. O GLP deverá estar em conformidade com as normas da ANP, não podendo apresentar qualquer indício de adulteração, contaminação ou irregularidade.

8.3.3. Os recipientes (botijões/cilindros) deverão atender às normas do INMETRO, estando dentro do prazo de validade/requalificação e em perfeitas condições de uso.

8.3.4. Os produtos deverão ser entregues com identificação clara do fornecedor, marca, peso líquido e demais informações obrigatórias.

8.3.5. O fornecimento deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança no manuseio e armazenamento de GLP.

8.4. DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS:

8.4.1. O transporte de GLP deverá ser realizado em veículos apropriados, devidamente licenciados e autorizados, em conformidade com a legislação vigente.

8.4.2. Deverão ser observadas rigorosamente as normas da ANP, do INMETRO e da regulamentação de transporte de produtos perigosos.

8.4.3. Os veículos deverão estar identificados com sinalização de carga perigosa e equipados com dispositivos de segurança, incluindo extintores de incêndio adequados.

8.4.4. Os recipientes deverão ser transportados na posição correta, devidamente fixados, evitando quedas, impactos ou vazamentos.

8.4.5. É vedado o transporte de GLP juntamente com pessoas, alimentos ou outros materiais incompatíveis.

8.4.6. As operações de carga e descarga deverão ser realizadas por profissionais capacitados, com uso de equipamentos adequados e observância das normas de segurança, especialmente a NR-20.

8.4.7. Botijões danificados, com vazamento ou fora dos padrões de segurança não poderão ser transportados ou entregues.

CLÁUSULA NONA – DAS ENTREGAS EM DESACORDO:

9.1. Os botijões ou cargas de GLP entregues em desconformidade com as especificações, com defeitos, vazamentos, ausência de lacre ou fora dos padrões de segurança, deverão ser substituídos no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação.

9.2. Em situações emergenciais, a Administração poderá exigir substituição em prazo inferior, considerando o caráter essencial do fornecimento.

9.3. O descumprimento dos prazos de substituição sujeitará a Detentora da ARP às sanções previstas na legislação e no instrumento convocatório.

9.4. A Detentora da ARP deverá ressarcir todos os custos decorrentes de fornecimento inadequado, inclusive danos ao patrimônio público e riscos à segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. Constituem obrigações da **Detentora da Ata de Registro de Preços – ARP**, além das demais previstas no Edital e em seus anexos:

10.2. Executar o objeto da contratação consistente no fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e produtos afins, de forma parcelada e sob demanda, em conformidade com as especificações constantes na Cláusula Segunda e nas condições estabelecidas neste instrumento.

10.3. Cumprir integralmente a legislação aplicável ao objeto, especialmente as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como as normas de segurança, incluindo a NR-20 (Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis), legislação ambiental e normas do Corpo de Bombeiros, responsabilizando-se por quaisquer infrações.

10.4. Assumir, com exclusividade, todos os tributos, encargos e despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte adequado de GLP, carga e descarga, fornecimento de botijões, equipamentos de segurança, mão de obra especializada e demais custos necessários ao fiel cumprimento da contratação.

10.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ARP, nos termos da legislação vigente.

- 10.6.** Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de atraso, falhas, negligência ou erro na execução do fornecimento, especialmente quanto ao manuseio, armazenamento e transporte de produto inflamável.
- 10.7.** Responsabilizar-se por eventuais falhas na composição de seus custos, não podendo transferir ao Município quaisquer ônus adicionais decorrentes de erros em sua proposta.
- 10.8.** Assumir integral responsabilidade por danos causados por seus empregados, prepostos ou contratados, inclusive aqueles decorrentes de acidentes envolvendo GLP, bem como por eventuais demandas judiciais relacionadas à execução do objeto.
- 10.9.** Manter, durante toda a vigência da ARP, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, especialmente quanto às autorizações da ANP e regularidade junto aos órgãos de controle.
- 10.10.** Comunicar imediatamente ao Município quaisquer alterações cadastrais ou operacionais relevantes, tais como endereço, contatos, dados bancários, responsável legal ou situação junto aos órgãos reguladores.
- 10.11.** Permitir acesso irrestrito à fiscalização do Município e aos órgãos de controle aos documentos fiscais, operacionais e de segurança relacionados ao fornecimento de GLP, sempre que solicitado.
- 10.12.** Realizar o fornecimento em conformidade com os padrões técnicos e de segurança exigidos, garantindo que o GLP esteja dentro das especificações legais e que os recipientes (botijões) atendam às normas vigentes de inspeção e certificação.
- 10.13.** Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos pelas Secretarias requisitantes, considerando a natureza essencial do fornecimento.
- 10.14.** Efetuar a entrega do GLP e produtos afins nos locais indicados, com observância das normas de segurança para transporte e manuseio, inclusive quanto ao correto acondicionamento dos botijões.
- 10.15.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente às reclamações e garantindo condições para ampla fiscalização do fornecimento.
- 10.16.** Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os botijões ou produtos entregues que apresentem irregularidades, vazamentos, avarias, prazo de requalificação vencido ou que estejam em desacordo com as especificações, sem ônus adicional ao Município.
- 10.17.** Cumprir as exigências legais relativas à inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme legislação vigente.
- 10.18.** Observar rigorosamente as normas de segurança no armazenamento, transporte e entrega de GLP, responsabilizando-se pela integridade dos recipientes e pela prevenção de riscos à saúde e à segurança pública.
- 10.19.** Não subcontratar o objeto da ARP, salvo nas hipóteses expressamente admitidas em lei e previamente autorizadas pela Administração, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns com controle regulatório específico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. A DETENTORA DA ARP obriga-se a assegurar a proteção, confidencialidade e o sigilo de todas as informações, dados pessoais e/ou bases de dados a que tiver acesso, inclusive em decorrência de licenciamento ou da utilização de programas e sistemas, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), suas alterações e regulamentações, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e a execução do objeto.

11.2. A DETENTORA DA ARP obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

11.3. A DETENTORA DA ARP deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

11.4. A DETENTORA DA ARP não poderá utilizar quaisquer informações, dados pessoais e/ou bases de dados a que tenha acesso, em razão da execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, para finalidade diversa daquela estritamente necessária ao seu cumprimento, sob pena de responsabilização nos termos da legislação aplicável.

11.5. A DETENTORA DA ARP não poderá disponibilizar, divulgar, compartilhar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia e expressa autorização por escrito da CONTRATANTE, quaisquer informações, dados pessoais e/ou bases de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, sob pena de responsabilização nos termos da legislação vigente.

11.5.1. Quando da transmissão previamente autorizada a terceiros, À Detentora da ARP deverá limitar o compartilhamento às informações, dados pessoais e/ou bases de dados estritamente necessários ao cumprimento do objeto da Ata de Registro de Preços.

11.6. A DETENTORA DA ARP fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.6.1. A DETENTORA DA ARP não será permitido manter, reter ou armazenar cópias, inclusive backups, de informações, dados pessoais e/ou bases de dados a que tenha tido acesso em razão da execução do objeto desta Ata de Registro de Preços.

11.6.1.1. A DETENTORA DA ARP deverá promover a eliminação dos dados pessoais a que tiver acesso ou de que detenha posse em razão da execução do objeto deste instrumento, tão logo cesse a necessidade de seu tratamento, observadas as disposições da legislação aplicável.

11.7. A DETENTORA DA ARP deverá comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de vazamento, perda, alteração indevida ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

11.7.1. A comunicação referida no item anterior não exime a Detentora da ARP das obrigações legais e contratuais, tampouco das sanções que possam incidir em decorrência do evento.

11.7.2. A DETENTORA DA ARP que descumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto, responderá integralmente pelos danos e prejuízos causados, inclusive aqueles decorrentes de sanções aplicadas pela autoridade competente.

11.8. A DETENTORA DA ARP deverá manter preposto formalmente designado para interlocução com a Contratante, especialmente para tratar de assuntos relacionados à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e demais normas aplicáveis.

11.9. O dever de sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais, bem como as demais obrigações previstas nesta cláusula, subsistirão após o término da relação jurídica, inclusive em relação a colaboradores, subcontratados, consultores e prestadores de serviços da Detentora da ARP, salvo por determinação judicial em sentido contrário.

11.10. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a Detentora da ARP à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, com a aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO (CONTRATANTE)

- 12.1.** Constituem obrigações do Município, além das demais previstas no Edital e seus anexos:
- 12.2.** Gerenciar a Ata de Registro de Preços, acompanhando sua execução e zelando pelo cumprimento das condições pactuadas.
- 12.3.** Emitir as solicitações de fornecimento de gás GLP e produtos afins, de forma clara e objetiva, indicando quantitativos, locais de entrega e prazos necessários ao atendimento da demanda.
- 12.4.** Proporcionar à Detentora da ARP todas as condições necessárias para a adequada execução do fornecimento, inclusive quanto ao acesso aos locais de entrega, observadas as normas de segurança aplicáveis.
- 12.5.** Designar fiscal(is) da ARP/CONTRATO para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, especialmente quanto à conformidade do GLP fornecido, estado dos botijões e cumprimento das normas de segurança.
- 12.6.** Receber e conferir o gás GLP e produtos afins no ato da entrega, verificando a quantidade, integridade dos recipientes, lacres, identificação e conformidade com as especificações exigidas.
- 12.7.** Recusar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações, que apresentem avarias, vazamentos, irregularidades nos recipientes ou estejam em desconformidade com as normas da ANP e demais legislações aplicáveis.
- 12.8.** Notificar formalmente a Detentora da ARP sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução do fornecimento, fixando prazo para correção ou substituição.
- 12.9.** Efetuar o pagamento devido à Detentora da ARP, nas condições e prazos estabelecidos no instrumento convocatório e na ARP, após a devida comprovação do fornecimento regular.
- 12.10.** Aplicar as penalidades cabíveis, quando constatado descumprimento das obrigações contratuais.
- 12.11.** Zelar pelo armazenamento adequado dos botijões recebidos, observando as normas de segurança aplicáveis ao GLP, especialmente quanto à ventilação, afastamento de fontes de calor e prevenção de riscos.
- 12.12.** Comunicar à Detentora da ARP eventuais situações emergenciais relacionadas ao fornecimento ou ao uso do GLP, que possam demandar providências imediatas.
- 12.13.** Manter controle atualizado do consumo de GLP e produtos afins, para fins de gestão da ARP e planejamento das aquisições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 13.1.** As despesas decorrentes das contratações realizadas com fundamento neste contrato correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos e entidades demandantes, consignadas em seus respectivos orçamentos, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no momento da emissão de cada nota de empenho.

13.2. A indicação das dotações orçamentárias específicas será realizada por ocasião de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, conforme a Secretaria ou órgão demandante, não se caracterizando a assinatura deste contrato como obrigação de empenho integral dos valores estimados.

13.3. As despesas poderão ser suportadas por dotações orçamentárias equivalentes ou supervenientes, desde que compatíveis com a natureza do objeto, nos termos da legislação orçamentária vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.1. O valor global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ XXX (.....), conforme Proposta Comercial apresentada pela Detentora, sendo os pagamentos realizados de forma parcelada, de acordo com as efetivas solicitações e fornecimentos de gás GLP e produtos afins, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, a ser paga pela Tesouraria do Município.

14.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, e outros que possam vir a existir).

14.3. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa Detentora da ARP, após o recebimento definitivo dos materiais, até o 30º (trigésimo) dia, contados a partir da data de entrega da Nota Fiscal (ELETRÔNICA), conforme exigência prevista no Artigo 180, do RICMS (Regulamento do ICMS) a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do serviço e/ou material da Secretaria Municipal solicitante, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente onde deseja receber seu crédito.

14.3.1. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no **artigo 92, inciso XVI** da Lei nº 14.133/2021.

14.3.1.1. "XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta".

14.3.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 14.3 fluirá a partir da respectiva data de regularização.

14.4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14.5. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela DETENTORA DA ARP, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

14.6. A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) estar devidamente atestada(s) pelos Secretário responsável pela Secretaria solicitante;

14.7. As Notas Fiscais deverão ser emitidas até o dia 25 de cada mês, conforme disposto no artigo 3º, § 1º da Instrução Normativa n. 03/2008. Nas Notas Fiscais deverão constar o número do processo e da modalidade da licitação, bem como a Secretaria solicitante.

14.8. O Município de Rondonópolis-MT, só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante dos produtos, o necessário ATESTO dos produtos entregues pela empresa vencedora, no verso da Nota Fiscal.

14.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.9.1. A Detentora da ARP regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.10. A liquidação e o pagamento não isentam o contratado das suas responsabilidades e obrigações vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas à qualidade e garantia dos produtos, tampouco implicará aceitação definitiva do fornecimento.

14.11. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado.

14.12 DAS VEDAÇÕES E GLOSAS:

14.12.1. NÃO SERÁ EFETUADO PAGAMENTO RELATIVO A:

I – Produtos não entregues ou rejeitados;

II – Quantitativos superiores aos efetivamente solicitados e autorizados pela Administração.

14.12.2. Na hipótese de inconformidades, a Administração poderá proceder à **glosa dos valores correspondentes**, proporcionalmente à parte não executada ou executada de forma inadequada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO, REPACTUAÇÃO, REVISÃO, SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS:

15.1. REAJUSTE:

15.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

15.1.1.1. Considera-se preço registrado aquele atribuído ao produto, incluindo todas as despesas tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ARP na execução dela.

15.1.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), sendo que sempre será utilizado o índice de menor percentual, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Podendo ser aplicado, para cumprimento do disposto no art. 92 § 3º da Lei 14.133/2021.

15.1.2.1. Ocorrendo umas das hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021, poderá haver a repactuação, reajuste, revisão ou realinhamento, onde deverão ser precedidos de demonstração analítica do aumento dos custos, bem como análise Técnico Contábil do setor Financeiro e Jurídica da Assessoria Jurídica deste Município.

15.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos feitos financeiros do último reajuste.

15.1.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) os índices definitivos.

15.1.5. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

15.1.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

15.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. **15.1.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

15.1.8. Os preços contratados serão reajustados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

15.1.9. Na hipótese de prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados serão atualizados conforme índice previsto em edital, a contar do início de sua vigência.

15.1.10. Para fins de pagamento, será considerado o preço vigente na data do pedido.

15.2. REVISÃO:

15.2.1. Os preços registrados poderão ser revisados para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro quando, por motivo superveniente, restarem inviáveis de serem praticados em razão de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

15.2.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.2.3. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

15.2.4. Nos casos em que a majoração do preço for pleiteada pela DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR analisará a solicitação de revisão do preço registrado a partir da fundamentação e do conjunto probatório apresentados, em cotejo com pesquisa de mercado atualizada e diligências que se mostrem necessárias para avaliação do pedido, mantendo a economia obtida no procedimento licitatório.

15.2.5. Após 30 (trinta) dias do aceite do requerimento de revisão pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, e sem manifestação conclusiva deste, poderá a DETENTORA comunicar formalmente ao ÓRGÃO GERENCIADOR a recusa de novos pedidos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

15.2.6. Durante este prazo de 30 dias, a DETENTORA fica obrigado a manter as condições pactuadas quando da assinatura da ata.

15.2.7. Ocorrendo umas das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021, poderá haver a repactuação, reajuste, revisão ou realinhamento, onde deverão ser precedidos de demonstração analítica do aumento dos custos, bem como análise Técnico Contábil do setor Financeiro e Jurídica da Assessoria Jurídica deste Município.

15.2.7.1. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até 30 (trinta) úteis dias prorrogáveis por igual período. (Art. 92 Inciso X da Lei 14.133/2021).

15.2.7.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 30 (trinta) úteis dias prorrogáveis por igual período. (Art. 92 Inciso XI da Lei 14.133/2021).

15.3. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

15.3.1. A negociação será cabível quando o preço requerido pela DETENTORA estiver acima do preço de mercado apurado pela Administração.

15.3.1.1. Caso frustrada a negociação, caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR liberar a DETENTORA do compromisso assumido, se confirmada a pertinência da motivação apresentada e convocar os demais fornecedores constantes no cadastro reserva, se houver;

15.3.2. Caso a motivação apresentada pelo DETENTORA não seja acolhida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, o descumprimento da obrigação de fornecer ensejará a aplicação das sanções cabíveis;

15.3.3. Poderá a Administração convocar os licitantes do cadastro reserva, se houver, observada a ordem de registro e de classificação, para assumirem o compromisso pelo preço de mercado;

15.3.4. Havendo êxito na negociação, o novo valor registrado, que constará no termo aditivo da ata, terá efeito a partir da publicação do termo aditivo à ata de registro de preços.

15.3.5. O reequilíbrio dos preços da ata de registro de preços implicará a revisão dos preços dos contratos vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DE MARCA E DE PREÇO

16.1. A ARP poderá ser alterada mediante a substituição de marca nas seguintes condições:

I - Por solicitação do Órgão ou da Entidade Gerenciadora, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

II - Por requerimento do Detentor, que deve ser apreciado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento.

16.1.1. O Órgão ou Entidade Gerenciadora somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo Detentor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.

16.1.2. A substituição de marca implicará em nova análise do produto, conforme previsto no edital, anexos e na legislação aplicável.

16.1.3. A substituição de marca deverá ser publicada obrigatoriamente no DIORONDON.

16.2. As alterações de preços em ata decorrentes de SRP obedecerão às seguintes regras:

I - O preço registrado na ata não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II - O Órgão ou Entidade Gerenciadora poderá conceder aumento do preço registrado na ata, mediante pedido fundamentado do Detentor da ARP, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:

a) manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço vigente no mercado à época do registro;

b) considerar o valor solicitado pelo Detentor como o máximo a ser concedido para a alteração;

c) poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo Detentor.

16.2.1. A exceção à regra prevista na alínea “a” do subitem 16.2, deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.

16.2.2. O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga o Detentor do compromisso assumido nem o exime de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

16.2.3. O Detentor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superior ao registrado.

16.2.4. O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

16.2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

16.2.6. A solicitação de revisão de preço (s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, para análise em aproximadamente 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Detentor.

16.3. Os pedidos para revisão de preço ou substituição de marca deverão ser solicitados diretamente a Secretaria demandante.

16.4. Os pedidos de revisão de preço e de alteração de marca, enquanto não deferidos total ou parcialmente, não isentam o Detentor a dar continuidade às entregas nas condições vigentes.

16.5. A alteração de preço e a substituição de marca somente terão validade a partir da publicação no Diário Oficial do Município - DIORONDON, produzindo todos os efeitos legais, não se exigindo nenhum outro instrumento jurídico formal para a sua efetivação.

16.5.1. As alterações citadas no subitem anterior, valerão somente para as futuras contratações e não para as contratações já realizadas.

16.6. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

16.7. Será pago o preço vigente na data em que as Notas de Empenho ou outros instrumentos equivalentes forem entregues ao Detentor, independentemente da data de entrega do(s) produto(s) na unidade requisitante, ou de qualquer revisão de preços deferida nesse intervalo de tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PESQUISA DE PREÇOS

17.1. As pesquisas de mercado deverão observar as disposições do Decreto nº 11.685, de 18 de setembro de 2023, podendo consistir em consultas ao mercado, publicações especializadas, preços praticados no âmbito da administração pública, listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado, ressalvadas as especificidades aplicáveis a obras e serviços de engenharia.

17.1.1. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

17.1.2. A pesquisa de preços, a critério do Órgão ou Entidade Gerenciadora ou da Autoridade competente para autorizar a contratação, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, na forma do Decreto nº 11.685, de 18 de setembro de 2023, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

17.1.3. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

17.1.4. Qualquer alteração na forma da pesquisa de preço deverá ser devidamente motivada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O Órgão ou Entidade Gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do Detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I – Descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

II – Quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

III – Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;

IV – Nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP, observado o disposto nos arts. 309 e 310 do Decreto Municipal nº 11.685/2023;

V – Por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;

VI – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

VII – Quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

VIII – Quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

IX – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

X – Por ordem judicial.

XI – No caso de alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

XII – Nos casos em que o Detentor estiver envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII – No caso de não cumprimento da regra referente à subcontratação prevista no Edital.

18.2. A notificação do Órgão ou Entidade Gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao Detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no DIORONDON.

18.3. A solicitação do Detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

18.4. O Detentor poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem.

18.5. O cancelamento da ARP não afasta a possibilidade de aplicação de sanções, observadas as competências previstas no Decreto Municipal nº 11.685/2023.

18.6. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho da Autoridade Superior do Órgão ou Entidade Gerenciadora e publicado no DIORONDON.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ARP:

19.1. Será designado, pelo contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização e acompanhamento da ARP ou Contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de informar as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, inclusive quanto a eventuais atrasos e descumprimentos de cláusulas contratuais; solicitar ao contratado documentos exigidos para o fornecimento do bem, correção de falhas na execução contratual, cumprimento da legislação aplicável, e, sendo o caso, determinar a substituição de produtos defeituosos; informar as autoridades competentes a ocorrência de ilegalidades e irregularidades que constatar;

19.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contratos, representantes da Administração especialmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

19.3. A fiscalização exercida pelo contratante na entrega dos bens não exclui a responsabilidade do contratado, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

19.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

19.5. A execução do ARP ou Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.

19.6. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, conforme Decreto Municipal nº 11.685/2023 e cientificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos.

19.7. Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do Contrato, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA VINGESSIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. A aplicação de penalidade é de competência do Secretário gestor do contrato, portanto, pela administração do órgão recebedor do produto, devendo constar do documento a forma detalhada dos motivos da infração;

20.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 155) e do Decreto Municipal nº 11.685/2023 o contratado que:

20.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

20.2.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

20.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

20.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

20.2.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

20.2.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

20.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

20.2.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

20.2.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/2013.

20.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

20.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave;

20.3.2. Multa:

20.3.2.1. Moratória: em razão do atraso injustificado: na proporção de 5 % (cinco por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

20.3.2.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.14.133, de 2021.

20.3.2.2. Compensatória: será aplicada multa de 0,5% até 30% sobre o valor do contrato, devendo a autoridade competente observar, na dosimetria da pena, as seguintes recomendações:

20.3.2.2.1. Em casos de inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (item 20.2.1), bem como quantos aos itens: 20.2.3 e 20.2.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

20.3.2.2.2. Em casos de inexecução total do contrato (item 20.2.2), bem como quanto aos itens: 20.2.5; 20.2.6; 20.2.7; 20.2.8 e 20.2.9) nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas, a multa será fixada entre 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

20.3.2.2.3. No caso de inexecução total, a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do contrato.

20.3.2.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.3.2.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.3.2.5. Caso a Detentora da ARP não tenha nenhum valor a receber do Município, ou os valores do pagamento e da garantia contratual forem insuficientes, o contratante concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para que a multa seja paga.

20.3.2.6. Esgotados os meios administrativos para a cobrança dos valores devidos, o contratante providenciará o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Município para que seja realizada a cobrança judicial.

20.3.2.7. Caso o contratante tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o contratado ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

20.3.2.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

20.3.3. Impedimento de licitar e contratar, caso não se justifique imposição de penalidade mais grave.

20.3.3.1. Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

20.3.3.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.3.3.1.2. Der causa à inexecução total do contrato;

20.3.3.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.3.3.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.3.3.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.3.3.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

20.3.4. As condutas aqui enumeradas também podem justificar a aplicação da declaração de inidoneidade quando as circunstâncias do caso concreto justificarem a imposição de penalidade mais grave.

20.3.4.1. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

20.3.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar pode ser aplicada por qualquer ente da federação impedirá o responsável de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do município de Rondonópolis-MT pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3.4.2.1. Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

20.3.4.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.3.4.2.3. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.3.4.2.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.3.4.2.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.3.4.2.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 11.685/2023.

20.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:

20.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.7.4. Os danos que dela provierem para o contratante;

20.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013,

serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei e nos demais regulamentos complementares.

20.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VINGÉSSIMA PRIMEIRA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO:

21.1. Para a execução dessa Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

21.2. A Detentora da ARP deverá apresentar Termo Anticorrupção, por meio do qual declare formalmente que a condução de suas atividades observa rigorosamente a legislação vigente, bem como os princípios da moralidade e da ética, conforme modelo constante no anexo do Edital.

CLÁUSULA VINGÉSSIMA SEGUNDA – DA NULIDADE DO CONTRATO:

22.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada quando revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos aspectos descritos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A nulidade não exonera o contratante do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa, nos termos do que estabelece o art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VINGÉSSIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO:

23.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista se tratar de bem comum, para compra de materiais de consumo, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

23.2. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados produtos entregues pela Detentora da ARP ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, o Contratante poderá exigir a substituição do produto total ou parcial no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da Notificação.

23.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA VINGÉSSIMA QUARTA – DO DIREITO DE PETIÇÃO:

24.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VINGÉSSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS:

25.1.1. A legislação aplicável a esta Ata de Registro de Preços é a constante do Decreto Municipal nº 11.685/2023 e a Lei nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis as Licitações e Contratos Administrativos.

25.1.2. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, e entendimentos dos tribunais de contas.

25.1.3. Após a assinatura da presente Ata de Registro de Preços, toda comunicação entre o Órgão Gerenciador/Contratante e a Detentora da ARP deverá ser realizada por meio de correspondência formal, devidamente registrada, assegurando a comprovação de envio e recebimento.

25.1.4. Qualquer alteração nas condições ora estipuladas nesta ARP deverá ser feita através de Termo Aditivo, assinado pelos representantes legais das partes.

CLÁUSULA VINGÉSSIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

26.1. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) vincula-se aos termos do Edital do Pregão e seus anexos, à respectiva proposta da Detentora da ARP, que passam a integrar este instrumento para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA VINGÉSSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

27.1. Aplicam-se aos produtos todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

27.2. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Detentor não importará de forma alguma em alteração ou novação.

27.3. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da presente ARP no Diário Oficial do Município - DIORONDON - será providenciada e correrá por conta e ônus do Município.

27.4. A presente ARP está vinculada, independentemente de transcrição, ao Edital e seus Anexos, bem como a proposta do Detentor, e integram o presente instrumento os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Informações sobre os produtos registrados;
- b) Anexo II – Relação dos endereços dos participantes deste Registro;
- c) Anexo III – Minuta de Contrato

27.5. As questões decorrentes da utilização da presente ARP que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de RONDONÓPOLIS/MT, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Rondonópolis-MT., XX de XXXXXX de 2026

Secretária Municipal de XXXXXXX

Representante Legal do Órgão Gerenciador

Fornecedor da Ata de Registro de Preços

**ANEXO III MINUTA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT E A EMPRESA XX, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O **MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.347.101/0001-21, com sede administrativa na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por XX, [cargo da autoridade competente], conforme delegação de competência vigente, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa XX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX, com sede na XX, neste ato representada por XX, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 26/2026**, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme Ata de Registro de Preços nº XX/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº XX/2026, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 11.685/2023, o Termo de Referência e as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO (Art. 92, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins de direito, naquilo que não o contrariar:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº 26/2026 e seus anexos;

II – o Termo de Referência;

III – a proposta da CONTRATADA;

IV – a Ata de Registro de Preços nº XX/2026;

V – os demais documentos que integram o Processo Administrativo nº XX/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. O presente contrato tem por objeto **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo GLP (gás de cozinha), envasado em botijões e vasilhames, com entrega de forma contínua, parcelada e sob demanda**, visando atender às necessidades das Secretarias solicitantes do Município de Rondonópolis-MT, conforme especificações, condições e quantitativos estimados estabelecidos no presente **Edital do Pregão Eletrônico nº 26/2026** e na **Ata de Registro de Preços nº XX/2026**.

2.2. O objeto será executado sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração, mediante a emissão de ordens de fornecimento e/ou ordens de serviço, não se caracterizando, em qualquer hipótese, obrigação de consumo mínimo por parte do CONTRATANTE.

2.3. Os quantitativos previstos possuem caráter meramente estimativo, podendo ser alterados para mais ou para menos, conforme a necessidade da Administração, respeitados os limites legais e a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.4. A execução do objeto observará integralmente as especificações técnicas, os padrões de qualidade e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E RESULTADOS:

3.1. DA INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA:

3.1.1. A Contratada deverá realizar o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e produtos afins de forma parcelada, conforme solicitação do setor requisitante, com entrega direta nos endereços previamente indicados pela Contratante, de acordo com a conveniência da Administração, tais como almoxarifados, unidades administrativas, escolas, cozinhas institucionais e demais locais vinculados, situados no perímetro urbano e, quando necessário, em áreas rurais.

3.1.2. As entregas deverão ocorrer conforme a necessidade de consumo, podendo envolver tanto o fornecimento de recargas quanto a substituição de recipientes (botijões/cilindros), cheios por vazios.

3.2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: ENTREGA, PRAZOS, CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, SEGURANÇA E EXIGÊNCIAS REGULATÓRIAS:

3.2.1. O fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e produtos afins dar-se-á de forma **parcelada e sob demanda**, mediante solicitação formal da Administração (ordem de fornecimento/nota de empenho), com entrega direta nos locais previamente indicados.

3.2.2. Os prazos de entrega observarão:

I – até **02 (duas) horas**, para atendimentos emergenciais;

II – até **24 (vinte e quatro) horas**, para demandas ordinárias;

III – excepcionalmente, até **05 (cinco) dias úteis**, quando justificado pela natureza do fornecimento e previamente aceito pela Administração.

3.2.3. As entregas deverão ocorrer, preferencialmente, em dias úteis e horário de expediente, podendo ser ajustadas conforme a necessidade do serviço público.

3.2.4. DAS EXIGÊNCIAS REGULATÓRIAS:

3.2.4.1. O fornecimento deverá atender integralmente às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), quanto à comercialização, transporte, armazenamento e controle de qualidade do GLP.

3.2.4.2. A Contratada deverá possuir autorização de funcionamento válida junto à ANP, compatível com a atividade exercida, mantendo sua regularidade durante toda a execução contratual.

3.2.4.3. Os recipientes (botijões) deverão atender às normas da ABNT e às exigências de certificação compulsória do INMETRO, devendo apresentar:

a) selo de conformidade do INMETRO;

b) identificação do fabricante/distribuidor;

c) data de fabricação e requalificação dentro do prazo de validade;

d) lacre inviolado.

3.2.5. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA:

3.2.5.1. A Contratada deverá observar integralmente a NR-20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, especialmente quanto:

a) ao manuseio seguro do GLP;

b) à prevenção de vazamentos, incêndios e explosões;

c) ao armazenamento e transporte seguros;

d) à adoção de procedimentos operacionais padronizados.

3.2.5.2. Os profissionais envolvidos deverão estar devidamente capacitados, com treinamento comprovado, sendo obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

3.2.5.3. O transporte deverá ser realizado em veículos apropriados para produtos perigosos, devidamente licenciados, sinalizados e em conformidade com a legislação vigente.

3.2.6. DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS:

3.2.6.1. A Contratada deverá cumprir a legislação ambiental aplicável, especialmente quanto ao transporte, armazenamento e destinação de recipientes.

3.2.6.2. Quando aplicável, deverá assegurar a logística reversa dos recipientes, sendo vedado o descarte irregular.

3.2.6.3. A Contratada será responsável por eventuais danos ambientais, devendo promover sua reparação integral às suas expensas.

3.2.7. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

3.2.7.1. No ato da entrega, os produtos serão submetidos à conferência pelo responsável designado, observando-se um checklist de recebimento:

- a) integridade física do botijão (sem amassados excessivos, ferrugem crítica ou deformações);
- b) ausência de vazamentos (teste olfativo e/ou outro método seguro);
- c) presença de lacre inviolado;
- d) peso compatível com a especificação, tais como: P-13, P-45;
- e) selo do INMETRO válido;
- f) identificação do distribuidor autorizado;
- g) validade da requalificação do recipiente;
- h) conformidade com normas técnicas vigentes.

3.2.1.2. Os botijões deverão estar em perfeitas condições de uso, sendo vedada a entrega de recipientes:

- a) com vazamentos, amassamentos excessivos, corrosões ou deformações;
- b) indícios de adulteração violação de lacre, ou recondicionados irregularmente;
- c) em desacordo com normas técnicas da ANP, ABNT e INMETRO;
- d) que apresentem qualquer risco à segurança.

3.2.7.3. Os produtos em desconformidade serão recusados, devendo ser substituídos no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a Administração.

3.2.7.4. No ato da entrega, deverá ser apresentada a respectiva Nota Fiscal.

3.2.7.5. O recebimento provisório e definitivo observará os procedimentos administrativos, sendo que o recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**.

3.2.7.6. O fornecimento deverá atender integralmente às normas da **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**, quanto à comercialização, armazenamento, transporte e controle de qualidade do GLP.

3.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

3.3.1. O fornecimento deverá observar rigorosamente as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

3.3.2. O GLP deverá estar em conformidade com as normas da ANP, não podendo apresentar qualquer indício de adulteração, contaminação ou irregularidade.

3.3.3. Os recipientes (botijões/cilindros) deverão atender às normas do INMETRO, estando dentro do prazo de validade/requalificação e em perfeitas condições de uso.

3.3.4. Os produtos deverão ser entregues com identificação clara do fornecedor, marca, peso líquido e demais informações obrigatórias.

3.3.5. O fornecimento deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança no manuseio e armazenamento de GLP.

3.4. DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS:

3.4.1. O transporte de GLP deverá ser realizado em veículos apropriados, devidamente licenciados e autorizados, em conformidade com a legislação vigente.

3.4.2. Deverão ser observadas rigorosamente as normas da ANP, do INMETRO e da regulamentação de transporte de produtos perigosos.

3.4.3. Os veículos deverão estar identificados com sinalização de carga perigosa e equipados com dispositivos de segurança, incluindo extintores de incêndio adequados.

3.4.4. Os recipientes deverão ser transportados na posição correta, devidamente fixados, evitando quedas, impactos ou vazamentos.

3.4.5. É vedado o transporte de GLP juntamente com pessoas, alimentos ou outros materiais incompatíveis.

3.4.6. As operações de carga e descarga deverão ser realizadas por profissionais capacitados, com uso de equipamentos adequados e observância das normas de segurança, especialmente a NR-20.

3.4.7. Botijões danificados, com vazamento ou fora dos padrões de segurança não poderão ser transportados ou entregues.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTREGAS EM DESACORDO:

4.1. Os botijões ou cargas de GLP entregues em desconformidade com as especificações, com defeitos, vazamentos, ausência de lacre ou fora dos padrões de segurança, deverão ser substituídos no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da notificação.

4.2. Em situações emergenciais, a Administração poderá exigir substituição em prazo inferior, considerando o caráter essencial do fornecimento.

4.3. O descumprimento dos prazos de substituição sujeitará a Detentora da ARP às sanções previstas na legislação e no instrumento convocatório.

4.4. A Detentora da ARP deverá ressarcir todos os custos decorrentes de fornecimento inadequado, inclusive danos ao patrimônio público e riscos à segurança.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS:

5.1. O objeto licitado deverá ser fornecido conforme as especificações e quantidades licitadas e contratadas, constantes nos documentos da CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas no Edital e em seus anexos:

6.2. Executar o objeto da contratação consistente no fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e produtos afins, de forma parcelada e sob demanda, em conformidade com as especificações constantes na Cláusula Segunda e nas condições estabelecidas neste instrumento.

- 6.3.** Cumprir integralmente a legislação aplicável ao objeto, especialmente as normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como as normas de segurança, incluindo a NR-20 (Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis), legislação ambiental e normas do Corpo de Bombeiros, responsabilizando-se por quaisquer infrações.
- 6.4.** Assumir, com exclusividade, todos os tributos, encargos e despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte adequado de GLP, carga e descarga, fornecimento de botijões, equipamentos de segurança, mão de obra especializada e demais custos necessários ao fiel cumprimento da contratação.
- 6.5.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ARP, nos termos da legislação vigente.
- 6.6.** Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de atraso, falhas, negligência ou erro na execução do fornecimento, especialmente quanto ao manuseio, armazenamento e transporte de produto inflamável.
- 6.7.** Responsabilizar-se por eventuais falhas na composição de seus custos, não podendo transferir ao Município quaisquer ônus adicionais decorrentes de erros em sua proposta.
- 6.8.** Assumir integral responsabilidade por danos causados por seus empregados, prepostos ou contratados, inclusive aqueles decorrentes de acidentes envolvendo GLP, bem como por eventuais demandas judiciais relacionadas à execução do objeto.
- 6.9.** Manter, durante toda a vigência da ARP, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, especialmente quanto às autorizações da ANP e regularidade junto aos órgãos de controle.
- 6.10.** Comunicar imediatamente ao Município quaisquer alterações cadastrais ou operacionais relevantes, tais como endereço, contatos, dados bancários, responsável legal ou situação junto aos órgãos reguladores.
- 6.11.** Permitir acesso irrestrito à fiscalização do Município e aos órgãos de controle aos documentos fiscais, operacionais e de segurança relacionados ao fornecimento de GLP, sempre que solicitado.
- 6.12.** Realizar o fornecimento em conformidade com os padrões técnicos e de segurança exigidos, garantindo que o GLP esteja dentro das especificações legais e que os recipientes (botijões) atendam às normas vigentes de inspeção e certificação.
- 6.13.** Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos pelas Secretarias requisitantes, considerando a natureza essencial do fornecimento.
- 6.14.** Efetuar a entrega do GLP e produtos afins nos locais indicados, com observância das normas de segurança para transporte e manuseio, inclusive quanto ao correto acondicionamento dos botijões.
- 6.15.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente às reclamações e garantindo condições para ampla fiscalização do fornecimento.
- 6.16.** Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os botijões ou produtos entregues que apresentem irregularidades, vazamentos, avarias, prazo de requalificação vencido ou que estejam em desacordo com as especificações, sem ônus adicional ao Município.
- 6.17.** Cumprir as exigências legais relativas à inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme legislação vigente.
- 6.18.** Observar rigorosamente as normas de segurança no armazenamento, transporte e entrega de GLP, responsabilizando-se pela integridade dos recipientes e pela prevenção de riscos à saúde e à segurança pública.

6.19. Não subcontratar o objeto contratado, salvo nas hipóteses expressamente admitidas em lei e previamente autorizadas pela Administração, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns com controle regulatório específico.

CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1. A Contratante obriga-se a assegurar a proteção, confidencialidade e o sigilo de todas as informações, dados pessoais e/ou bases de dados a que tiver acesso, inclusive em decorrência de licenciamento ou da utilização de programas e sistemas, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), suas alterações e regulamentações, durante toda a vigência do Contrato e a execução do objeto.

7.2. A Contratante obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

7.3. A Contratante deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

7.4. A Contratante não poderá utilizar quaisquer informações, dados pessoais e/ou bases de dados a que tenha acesso, em razão da execução do objeto desta contratação, para finalidade diversa daquela estritamente necessária ao seu cumprimento, sob pena de responsabilização nos termos da legislação aplicável.

7.5. A Contratante não poderá disponibilizar, divulgar, compartilhar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia e expressa autorização por escrito da contratante, quaisquer informações, dados pessoais e/ou bases de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto desta contratação, sob pena de responsabilização nos termos da legislação vigente.

7.5.1. Quando da transmissão previamente autorizada a terceiros, a Contratada deverá limitar o compartilhamento às informações, dados pessoais e/ou bases de dados estritamente necessários ao cumprimento do objeto do contrato.

7.6. A Contratante fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

7.6.1. A Contratante não será permitido manter, reter ou armazenar cópias, inclusive backups, de informações, dados pessoais e/ou bases de dados a que tenha tido acesso em razão da execução do objeto desta contratação.

7.6.1.1. A Contratante deverá promover a eliminação dos dados pessoais a que tiver acesso ou de que detenha posse em razão da execução do objeto deste instrumento, tão logo cesse a necessidade de seu tratamento, observadas as disposições da legislação aplicável.

7.7. A Contratante deverá comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de vazamento, perda, alteração indevida ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

7.7.1. A comunicação referida no item anterior não exime a Contratante das obrigações legais e contratuais, tampouco das sanções que possam incidir em decorrência do evento.

7.7.2. A Contratante que descumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto, responderá integralmente pelos danos e prejuízos causados, inclusive aqueles decorrentes de sanções aplicadas pela autoridade competente.

7.8. A Contratante deverá manter preposto formalmente designado para interlocução com a Contratante, especialmente para tratar de assuntos relacionados à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e demais normas aplicáveis.

7.9. O dever de sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais, bem como as demais obrigações previstas nesta cláusula, subsistirão após o término da relação jurídica, inclusive em relação a colaboradores, subcontratados, consultores e prestadores de serviços da Contratante, salvo por determinação judicial em sentido contrário.

7.10. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a Contratante à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, com a aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

8.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Nona deste Contrato.

8.3. Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao efetivo cumprimento do objeto contratado.

8.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do objeto.

8.5. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

8.6. Acompanhar a entrega dos materiais pela contratada, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento.

8.7. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente que designará um representante para esse fim fiscal do contrato, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato, e de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.7.1. O gestor do contrato (secretário da pasta solicitante dos serviços) deverá nomear, via Portaria Interna e publicar no DIORONDON, o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contrato, bem como, o pagamento da nota fiscal referente ao serviço realizado pelo contratado será condicionado à apresentação do relatório do Fiscal do contrato. (conf. Recomendação Técnica nº21/2014)

8.8. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação.

8.9. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

8.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/serviços entregues em desacordo com o contrato;

8.11. O prazo para liquidação será de 15 (quinze) dias úteis. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas com fundamento neste contrato correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos e entidades demandantes, consignadas em seus respectivos orçamentos, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no momento da emissão de cada nota de empenho.

9.2. A indicação das dotações orçamentárias específicas será realizada por ocasião de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, conforme a Secretaria ou órgão demandante, não se caracterizando a assinatura deste contrato como obrigação de empenho integral dos valores estimados.

9.3. As despesas poderão ser suportadas por dotações orçamentárias equivalentes ou supervenientes, desde que compatíveis com a natureza do objeto, nos termos da legislação orçamentária vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. O valor global do presente Contrato é de **R\$ XXXXXX** (.....), de acordo com a Proposta Comercial da Contratada, a serem pagos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura;

10.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, e outros que venham a incidir).

10.3. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, após o recebimento definitivo dos materiais, até o 30º (trigésimo) dia, contados a partir da data de entrega da Nota Fiscal (ELETRÔNICA), conforme exigência prevista no Artigo 180, do RICMS (Regulamento do ICMS) a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do serviço e/ou material da Secretaria Municipal solicitante, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente onde deseja receber seu crédito.

10.3.1. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no **artigo 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021**.

10.3.1.1. "XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta".

10.3.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 10.3 fluirá a partir da respectiva data de regularização.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.5. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

10.6. As notas fiscais deverão estar devidamente atestada(s) pelos Secretário responsável pela Secretaria solicitante;

10.7. **As Notas Fiscais deverão ser emitidas até o dia 25 de cada mês, conforme disposto no artigo 3º, § 1º da Instrução Normativa n. 03/2008. Nas Notas Fiscais deverão constar o número do processo e da modalidade da licitação, bem como a Secretaria solicitante.**

10.8. O Município de Rondonópolis-MT, só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante dos produtos, o necessário ATESTO dos produtos entregues pela empresa vencedora, no verso da Nota Fiscal.

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.10. A liquidação e o pagamento não isentam o contratado das suas responsabilidades e obrigações vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas à qualidade e garantia dos produtos, tampouco implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.11. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado.

10.12 DAS VEDAÇÕES E GLOSAS:

10.12.1. NÃO SERÁ EFETUADO PAGAMENTO RELATIVO A:

I – Produtos não entregues ou rejeitados;

II – Quantitativos superiores aos efetivamente solicitados e autorizados pela Administração.

10.12.2. Na hipótese de inconformidades, a Administração poderá proceder à **glosa dos valores correspondentes**, proporcionalmente à parte não executada ou executada de forma inadequada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO, REPACTUAÇÃO, REVISÃO, SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS:

11.1. REAJUSTE:

11.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

11.1.1.1. Considera-se preço registrado aquele atribuído ao produto, incluindo todas as despesas tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da Ata na execução da mesma.

11.1.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), sendo que sempre será utilizado o índice de menor percentual, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Podendo ser aplicado, para cumprimento do disposto no art. 92 § 3º da Lei 14.133/2021.

11.1.2.1. Ocorrendo umas das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021, poderá haver a repactuação, reajuste, revisão ou realinhamento, onde deverão ser precedidos de demonstração analítica do aumento dos custos, bem como análise Técnico Contábil do setor Financeiro e Jurídica da Assessoria Jurídica deste Município.

11.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.1.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) os índices definitivos.

11.1.5. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

11.1.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

11.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 11.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.1.8. Os preços contratados serão reajustados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

11.1.9. Na hipótese de prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados serão atualizados conforme índice previsto em edital, a contar do início de sua vigência.

11.1.10. Para fins de pagamento, será considerado o preço vigente na data do pedido.

11.2. REVISÃO:

11.2.1. Os preços registrados poderão ser revisados para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro quando, por motivo superveniente, restarem inviáveis de serem praticados em razão de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

11.2.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.3. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

11.2.4. Nos casos em que a majoração do preço for pleiteada pela DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR analisará a solicitação de revisão do preço registrado a partir da fundamentação e do conjunto probatório apresentados, em cotejo com pesquisa de mercado atualizada e diligências que se mostrem necessárias para avaliação do pedido, mantendo a economia obtida no procedimento licitatório.

11.2.5. Após 30 (trinta) dias do aceite do requerimento de revisão pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, e sem manifestação conclusiva deste, poderá a DETENTORA comunicar formalmente ao ÓRGÃO GERENCIADOR a recusa de novos pedidos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

11.2.6. Durante este prazo de 30 dias, a DETENTORA fica obrigado a manter as condições pactuadas quando da assinatura da ata.

11.2.7. Ocorrendo umas das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021, poderá haver a repactuação, reajuste, revisão ou realinhamento, onde deverão ser precedidos de demonstração analítica do aumento dos custos, bem como análise Técnico Contábil do setor Financeiro e Jurídica da Assessoria Jurídica deste Município.

11.2.7.1. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até 30 (trinta) úteis dias prorrogáveis por igual período. (Art. 92 Inciso X da Lei 14.133/2021).

11.2.7.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 30 (trinta) úteis dias prorrogáveis por igual período. (Art. 92 Inciso XI da Lei 14.133/2021).

11.3. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

11.3.1. A negociação será cabível quando o preço requerido pela DETENTORA estiver acima do preço de mercado apurado pela Administração.

11.3.1.1. Caso frustrada a negociação, caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR liberar a DETENTORA do compromisso assumido, se confirmada a pertinência da motivação apresentada e convocar os demais fornecedores constantes no cadastro reserva, se houver;

11.3.2. Caso a motivação apresentada pelo DETENTORA não seja acolhida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, o descumprimento da obrigação de fornecer ensejará a aplicação das sanções cabíveis;

11.3.3. Poderá a Administração convocar os licitantes do cadastro reserva, se houver, observada a ordem de registro e de classificação, para assumirem o compromisso pelo preço de mercado;

11.3.4. Havendo êxito na negociação, o novo valor registrado, que constará no termo aditivo da ata, terá efeito a partir da publicação do termo aditivo à ata de registro de preços.

11.3.5. O reequilíbrio dos preços da ata de registro de preços implicará a revisão dos preços dos contratos vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

12.1. O presente contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

12.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo devidamente formalizado, quando a execução do objeto não for concluída no prazo inicialmente estabelecido por motivo não imputável ao contratado, desde que devidamente justificado e comprovado, nos termos do **art. 111 da Lei nº 14.133/2021**, visando à conclusão do objeto e à preservação da vantajosidade para a Administração.

12.1.2. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa do contratado, este será formalmente constituído em mora, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, podendo a Administração optar pela extinção do contrato, com a adoção das medidas legalmente admitidas para assegurar a continuidade da execução contratual, conforme disposto no **parágrafo único do art. 111 da Lei nº 14.133/2021**.

12.1.3. Na hipótese de prorrogação contratual, a execução ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, devendo os empenhos observar o respectivo exercício financeiro. A continuidade da execução nos exercícios subsequentes dependerá da consignação de recursos no orçamento correspondente, em conformidade com os princípios do planejamento, da anualidade orçamentária e da responsabilidade fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. O contrato poderá ser alterado na forma do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.685/2023.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, conforme cláusula décima primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: (a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e (b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O presente termo de contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no rol do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa e respeitados os procedimentos descritos no Decreto Municipal nº 11.685/2023 e nas demais legislações aplicáveis.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei 14.133/2021.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

15.1. Será designado, pelo contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de informar as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, inclusive quanto a eventuais atrasos e descumprimentos de cláusulas contratuais; solicitar ao contratado documentos exigidos para o fornecimento do bem, correção de falhas na execução contratual, cumprimento da legislação aplicável, e, sendo o caso, determinar a substituição de produtos defeituosos; informar as autoridades competentes a ocorrência de ilegalidades e irregularidades que constatar;

15.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contratos, representantes da Administração especialmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. A fiscalização exercida pelo contratante na entrega dos bens não exclui a responsabilidade do contratado, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

15.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

15.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.

15.6. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, conforme Decreto Municipal nº 11.685/2023 e cientificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos.

15.7. Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do Contrato, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A aplicação de penalidade é de competência do Secretário gestor do contrato, portanto, pela administração do órgão recebedor do produto, devendo constar do documento a forma detalhada dos motivos da infração;

16.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 155) e do Decreto Municipal nº 11.685/2023 o contratado que:

16.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.2.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

16.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

16.2.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

16.2.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

16.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

16.2.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.2.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/2013.

16.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave;

16.3.2. Multa:

16.3.2.1. Moratória: em razão do atraso injustificado: na proporção de 5 % (cinco por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

16.3.2.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.14.133, de 2021.

16.3.2.2. Compensatória: será aplicada multa de 0,5% até 30% sobre o valor do contrato, devendo a autoridade competente observar, na dosimetria da pena, as seguintes recomendações:

16.3.2.2.1. Em casos de inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (item 16.2.1), bem como quantos aos itens: 16.2.3 e 16.2.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.3.2.2.2. Em casos de inexecução total do contrato (item 16.2.2), bem como quanto aos itens: 16.2.5; 16.2.6; 16.2.7; 16.2.8 e 16.2.9) nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas, a multa será fixada entre 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.3.2.2.3. No caso de inexecução total, a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do contrato.

16.3.2.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.3.2.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.3.2.5. Caso o contratado não tenha nenhum valor a receber do contratante, ou os valores do pagamento e da garantia contratual forem insuficientes, o contratante concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para que a multa seja paga.

16.3.2.6. Esgotados os meios administrativos para a cobrança dos valores devidos, o contratante providenciará o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Município para que seja realizada a cobrança judicial.

16.3.2.7. Caso o contratante tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, o contratado ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

16.3.2.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

16.3.3. Impedimento de licitar e contratar, caso não se justifique imposição de penalidade mais grave.

16.3.3.1. Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

16.3.3.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.3.3.1.2. Der causa à inexecução total do contrato;

16.3.3.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.3.3.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.3.3.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.3.3.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

16.3.4. As condutas aqui enumeradas também podem justificar a aplicação da declaração de inidoneidade quando as circunstâncias do caso concreto justificarem a imposição de penalidade mais grave.

16.3.4.1. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

16.3.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar pode ser aplicada por qualquer ente da federação impedirá o responsável de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do município de Rondonópolis-MT pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.3.4.2.1. Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

16.3.4.2.1.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.3.4.2.3. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.3.4.2.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.3.4.2.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.3.4.2.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 11.685/2023.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:

16.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.7.4. Os danos que dela provierem para o contratante;

16.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei e nos demais regulamentos complementares.

16.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO:

17.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por

intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

17.2. Consta em anexo do contrato o Termo Anticorrupção (Anexo), expresso pelo contratado, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a legislação aplicável, a moral e a ética.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA NULIDADE DO CONTRATO:

18.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada quando revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos aspectos descritos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A nulidade não exonera o contratante do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa, nos termos do que estabelece o art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista se tratar de bem comum, para compra de materiais de consumo, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

19.2. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados produtos entregues pela Contratada ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, o Contratante poderá exigir a substituição do produto total ou parcial no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da Notificação.

19.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO DIREITO DE PETIÇÃO:

20.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS:

21.1.1. A legislação aplicável a este Contrato é a constante do Decreto Municipal nº 11.685/2023 e a Lei nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis as Licitações e Contratos Administrativos.

21.1.2. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, e entendimentos dos tribunais de contas.

21.1.3. Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de correspondência devidamente registrada.

21.1.4. Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita através de Termo Aditivo, assinado pelos representantes legais das partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

22.1. O presente **CONTRATO** fica vinculado aos termos do **Edital de Pregão, e todos os seus anexos que os acompanham, Ata de Registro de Preços**, e à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto 11.685/2023 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, supletivamente as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, normas e Princípios Gerais dos Contratos e disposições do direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO:

24.1. Fica eleito o foro de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser compostas pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente **CONTRATO** em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT.
CONTRATANTE

Rondonópolis-MT., ____ de ____ de 2026.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____
RG N.º _____

RG N.º _____

DE ACORDO: _____
ASSESSORIA JURÍDICA

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE
ANEXO IV: MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.

Licitante Razão Social:		CNPJ N.º:
Telefone fixo:	Celular:	Endereço eletrônico e-mail:
Endereço Completo Rua, N.º, Bairro, Município, Estado, Cep:		
Conta Corrente n.º:	Agência:	Banco:

Licitação Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2026. Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: XX

Item n.º 01 - XXXXXXXXXXXXXXXX						
Item (N.º)	Descrição do item	Marca	Unid.	Qtde	Valor unitário (em algarismo)	Valor total (em algarismo)
Valor Total do (em algarismo e por extenso).						

Item n.º 02 - XXXXXXXXXXXXXXXX						
Item (N.º)	Descrição do item	Marca	Unid.	Qtde	Valor unitário (em algarismo)	Valor total (em algarismo)
Valor Total do (em algarismo e por extenso).						

1. Nos preços estão inclusos todos os custos básicos diretos, bem como quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente que porventura possam recair sobre o fornecimento.
2. Declaramos que temos pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas neste edital e todos seus anexos, bem como do local de entrega do objeto licitado.
3. Declaramos que assumimos inteira e completa responsabilidade pela perfeita execução da entrega dos produtos/serviços, conforme condições estabelecidas neste edital e todos seus anexos.
4. Declaramos que possuímos total capacidade técnica para atendermos ao objeto solicitado.
5. O prazo de validade da proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da entrega da realização da sessão pública.
6. O prazo de realização dos serviços/entrega do produto é de acordo com o previsto contida no edital e seus anexos.
7. Apresentamos, conforme exigido, nossos dados bancários:
NOME DO BANCO N.º
NOME DA AGÊNCIA N.º
NÚMERO DA CONTA
Local/data.....

(Assinatura do Representante Legal pela Empresa)
Nome/Cargo e Carimbo CNPJ

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE
ANEXO V - MODELO ÚNICO DE DECLARAÇÕES DO LICITANTE:

À Prefeitura Municipal de Rondonópolis – MT.

Pregão Eletrônico nº 26/2026

Objeto: (transcreva exatamente da mesma forma como está descrito no objeto do edital)

A empresa (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), inscrita no CNPJ nº (XXXXXXX), por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação no certame em epígrafe, que:

1. CONCORDÂNCIA COM O EDITAL E CUSTOS TRABALHISTAS:

Está ciente e concorda integralmente com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, bem como que a proposta apresentada contempla a integralidade dos custos trabalhistas, nos termos da Constituição Federal, da legislação laboral vigente, das normas infralegais aplicáveis, das convenções coletivas de trabalho e de eventuais Termos de Ajustamento de Conduta – TAC vigentes, conforme art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

2. TRABALHO DO MENOR:

Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

3. TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO:

Não possui empregados submetidos a condições de trabalho degradante ou forçado, em consonância com os incisos III e IV do art. 1º e o inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como com o art. 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

4. RESERVA DE CARGOS – PCD E REABILITADOS:

Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência (PcD) e para reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

5. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO:

Não possui, em seu quadro societário ou funcional, qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que tenha atuado na fase de licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, bem como não mantém relação de cônjuge, companheiro ou parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com tais agentes, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

6. ENQUADRAMENTO COMO ME, EPP OU COOPERATIVA (QUANDO APLICÁVEL):

Quando enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, cumpre os requisitos da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta ao tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49, observado o art. 4º, §§1º a 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7. COOPERATIVA (QUANDO APLICÁVEL):

Quando se tratar de cooperativa, atende integralmente aos requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

8. INEXISTÊNCIA DE SANÇÕES:

Não possui sanções vigentes que impeçam sua participação em licitação ou a contratação com a Administração Pública.

9. CONFORMIDADE COM A LEI ANTICORRUPÇÃO:

I. Está ciente, e cumpre integralmente a legislação anticorrupção brasileira aplicável, bem como quaisquer outras normas correlatas incidentes sobre o objeto do certame ou do contrato.

II. Compromete-se a conduzir suas atividades e relações comerciais de forma ética, íntegra, transparente e em estrita conformidade com a legislação vigente, durante toda a vigência contratual.

III. Não dará, oferecerá, prometerá, autorizará ou efetuará, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, doação, vantagem indevida ou coisa de valor a agentes públicos ou a terceiros, com o objetivo de influenciar decisões, obter vantagem indevida ou direcionar negócios, em violação às normas anticorrupção.

IV. Reconhece que o contratante poderá realizar procedimentos de auditoria, mediante prévia notificação, para verificação do cumprimento das obrigações assumidas, comprometendo-se a cooperar plenamente e a fornecer informações e documentos solicitados.

V. Não praticou, não pratica e não praticará atos que violem a legislação anticorrupção; reconhece que a comprovação de prática de atos ilícitos ou de corrupção poderá ensejar a rescisão ou extinção do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

10. VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES:

Responsabiliza-se integralmente pela veracidade e autenticidade das informações prestadas, ciente de que a omissão ou prestação de informações falsas sujeitará a declarante às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação vigente e no Edital.

Declara, por fim, estar ciente de que este documento deverá ser anexado na plataforma BLL, nos prazos e condições estabelecidos no Edital, sob pena de inabilitação.

Local (cidade onde está estabelecida a empresa) **data** = dia/mês/ano.
Nome Completo do Representante Legal da Empresa, CPF, Cargo/Função e Assinatura

TODAS AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME LICITATÓRIO DEVERÃO IMPRETERIVELMENTE PREENCHER A FICHA CADASTRAL DEVIDAMENTE ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS ABAIXO E ENCAMINHAR ATRAVÉS DO EMAIL: rfpmr2014@hotmail.com ou entregar pessoalmente na Prefeitura de Rondonópolis – Secretaria de Administração - Setor de Licitações. A referida solicitação visa atualizar os cadastros já existentes, e incluir novos cadastros de empresas ainda não cadastradas em nosso sistema.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:			
NOME FANTASIA:		CNPJ Nº	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:		INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	
ENQUADRAMENTO DA EMPRESA: ME() EPP() NENHUMA. OPTANTE DO SIMPLES: SIM() NÃO()			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		FONE:	FAX:
MUNICÍPIO:		U.F.	CEP:
NOME DO RESPONSÁVEL PARA CONTATO:		CARGO OU FUNÇÃO NA EMPRESA:	
TELEFONE:	CELULAR:	E-MAIL:	
SÓCIO(S) NOME(S):		CPF Nº:	NACIONALIDADE:
DATA DE REGISTRO DA EMPRESA NA JUNTA COMERCIAL: / /			
CONTA CORRENTE Nº:	NOME DO BANCO:		AGENCIA Nº:

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o depósito na conta corrente acima especificada, dos valores de vendas e ou serviços a serem oferecidos para Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

Sócio/Proprietário

- 01 – CONTRATO SOCIAL CONSTANDO O OBJETO E A ÚLTIMA ALTERAÇÃO;
- 02 – ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO EM VIGÊNCIA;
- 03 – CARTÃO DO CNPJ;
- 04 – CARTÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL;
- 05 – DOCUMENTOS PESSOAIS DOS SÓCIOS
- 06 – DOCUMENTO QUE COMPROVE OS DADOS BANCÁRIOS (EX. CARTÃO ELETRÔNICO).